

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em Educação - PPGED
Wilton Rodrigues da Silva

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Um estudo do perfil socioeconômico dos seus assistidos
no IFNMG Campus Januária**

Diamantina
2020

Wilton Rodrigues da Silva

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Um estudo do perfil socioeconômico dos seus assistidos
no IFNMG Campus Januária**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* profissional em Educação - PPGED como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira

**Diamantina
2020**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586a

Silva, Wilton Rodrigues da

Assistência estudantil: um estudo do perfil socioeconômico dos seus assistidos no IFNMG Campus Januária / Wilton Rodrigues da Silva, 2020

83 p. : il.

Orientador: Flávio César Freitas Vieira

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

1. Política de assistência estudantil. 2. IFNMG. 3. Campus Januária. 4. Perfil socioeconômico. I. Vieira, Flávio César Freitas. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378.3

Ficha Catalográfica - Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária Nádia Santos Barbosa, CRB-6/3468

WILTON RODRIGUES DA SILVA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Um estudo do perfil socioeconômico dos
seus assistidos no IFNMG Campus Januária**

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de
MESTRADO como parte dos requisitos
para obtenção do título de MESTRE
EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof. Dr. Flávio César
Freitas Vieira

Data da aprovação : 13/02/2020



Prof.Dr. FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA - UFVJM



Prof.Dr.ª MARA LÚCIA RAMALHO - UFVJM



Prof.Dr.ª MARLI SILVA FROES - IFNMG

Dedico este trabalho aos meus pais Alexandre (*in memoriam*) e Maria (*in memoriam*), que se desdoblaram para que eu me tornasse um homem de bem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, autor da vida, aquele que me fortalece nos dias difíceis, e sei que n'Ele eu posso todas as coisas.

À minha querida e amada esposa Caroline pela ajuda e compreensão em meio a essa longa jornada. Agradeço ainda por ter me dado um filho lindo, o menino Caio por meio de quem pude experimentar um amor sem igual.

Aos meus familiares, irmãos, irmãs, cunhadas, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, pelo incentivo e apoio de sempre.

À minha querida sogra pelo apoio, que Deus te abençoe sempre.

Agradeço imensamente ao maravilhoso casal Clináscia e Fernando, que abriu as portas do seu lar para que eu me abrigasse durante todo o período que estive em Diamantina, fazendo-me como um membro da família. Que Deus os abençoe abundantemente, ainda mais agora com um novo integrante na família, o Artur Emanuel.

Ao Professor Flávio Cesar Freitas Viera, meu orientador, por ter abraçado a minha causa e não deixar o meu barco naufragar, agradeço sobretudo pela sua simpatia e humildade.

À Professora e colega Marli Silva Froes, por sua pontual colaboração neste trabalho, do início ao fim.

À Professora Mara Lúcia Ramalho, por nos acompanhar durante todo o trabalho.

À professora Keila Auxiliadora, por intermédio de quem ingressei no mestrado e que por motivos de força maior não pudemos continuar juntos.

Ao colega Olden Hugo, pela presteza na revisão desse trabalho.

Aos colegas de jornada, Emannelito, Bruno, Aherton e Welington, por tornar nossos dias de estudo mais leves e prazerosos, incluindo o colega Warley Anderson, pelo apoio de sempre.

Ao IFNMG –Campus Januária por nos dar a oportunidade de aperfeiçoar nossos conhecimentos, dando todo apoio necessário para a realização desses estudos.

Aos amados irmãos da Primeira Igreja Batista em Januária pelas orações e apoio.

Aos colegas de turma pela caminhada de cumplicidade e amizade, muito obrigado.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente colaborou para a realização desse sonho.

Eu te louvarei Senhor, porque de um modo assombroso, e tão maravilhoso fui feito; maravilhosas são as tuas obras, e a minha alma o sabe muito bem. (Salmos 139:14).

RESUMO

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Januária é uma instituição que alcança no ano de 2020 os seus 60 anos de existência. “Oferta educação gratuita e de qualidade e, nessa trajetória, tem-se valido de várias políticas públicas. A política pública em foco neste trabalho é o PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil que tem sido aplicada no IFNMG - Campus Januária desde 2011. Vale salientar que a escolha do tema traz consigo uma estreita relação do pesquisador com os processos relativos à Política de Assistência Estudantil realizados na instituição, onde atua como Técnico Administrativo em Educação desde 2010. Os alunos que recebem auxílios financiados pelo PNAES são escolhidos mediante análise socioeconômica, priorizando os que estão em situação de maior vulnerabilidade social. As políticas públicas são criadas e planejadas com o intuito de minimizar os relevantes problemas de uma sociedade. Ademais entendemos que é principalmente por meio delas que a sociedade pode ver algum tipo de avanço, seja em qual área for. Elencamos alguns teóricos que fundamentaram nossa pesquisa, como: Amabile (2012), Capella (2007), Dias (2012), Di Giovanni (2008), Easton (1965), Finatti et al (2007), Frey (2000), Gomes (2003), Mainardes (2007), Raeder (2014), Silva et al (2017), Souza (2006, 2007), além de alguns dispositivos legais que ancoram este trabalho. Pretendeu-se, ao fim desta pesquisa, fazer um mapeamento da oferta da Assistência Estudantil no Campus Januária, a fim de conhecer o perfil de seus beneficiários entre os anos de 2013 e 2017. Para conduzir a discussão e obter os dados necessários, foi escolhida a pesquisa na perspectiva exploratória com enfoque na abordagem quanti-qualitativa, sendo utilizada como método de coleta a pesquisa documental. Os resultados foram apresentados por meio de quadros socioeconômicos e gráficos, comentados individualmente, realizando-se uma análise qualitativa na busca da compreensão de elementos que ultrapassam as informações dos documentos. Pode-se, ao fim deste trabalho, concluir que a Política de Assistência Estudantil foi e é de extrema relevância para a permanência e êxito do aluno, e que o campus lida com um perfil de alunos, em sua grande maioria, de alta vulnerabilidade socioeconômica, com diversos desafios a serem enfrentados que vão além do financeiro.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. IFNMG. Campus Januária. Perfil Socioeconômico.

ABSTRACT

Federal Institute in the North of Minas Gerais – Campus Januária is an Institution that is reaching 60 years of existence in 2020, offering free education of top quality making use of several public policies. In this study, the public policy in focus is PNAES – National Student Assistance Program as it has been implemented at IFNMG – Federal Institute in the North of Minas Gerais - Campus Januária since 2011. It is relevant to mention that the choice for this theme is closely related to the researcher and the processes concerning the Student Assistance Policy conducted in the Institution, where he works as an Educational Management Technician since 2010. Students who receive aid financed by PNAES are selected through socio-economic analysis prioritizing those in situation of greater social vulnerability. Public policies are created and planned in order to minimize the worst problems of any society. Moreover, we understand that it is mainly through these policies that society can experience some kind of progress, whichever chosen area. Some theoreticians substantiated our research, like Amabile (2012), Capella (2007), Dias (2012), Di Giovanni (2008), Easton (1965), Finatti et al (2007), Frey (2000), Gomes (2003), Mainardes (2007), Raeder (2014), Silva et al (2017), Souza (2006, 2007), as well as some legal provisions considered relevant to this work. In the end of this study, we aimed to map the Student Assistance service in campus Januária with regard to knowing the beneficiaries profile between the years of 2013 and 2017. In order to conduct the discussion and obtain the necessary data, it was realized an exploratory survey with a special emphasis on the quali-quantitative approach and using document search as data collection. Results were presented through socio-economic tables and graphs, discussed individually, undertaking a qualitative analysis in the search of a greater understanding of elements beyond the documents content. Finally, we can conclude that the Student Assistance Service has been of major importance for the student permanence and success in the institution and that the campus deals mostly with high social vulnerability students profile coupled with a variety of challenges which go beyond financial matters.

KEYWORDS: Student assistance service. IFNMG. Campus Januária. Socioeconomic profile.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas.....	15
Figura 2 –Etapas das políticas públicas.....	16
Figura 3 –Mapa da área de abrangência do IFNMG.....	26
Figura 4 – Quadro de atendimentos de Saúde, Psicológico e Social – 2014.....	36
Figura 5 – Quadro de atendimentos de Saúde, Psicológico e Social – 2015/2016.....	37
Figura 6 – Quadro de benefícios concedidos pelo IFNMG por modalidade e por campus – 2015/2016.....	37
Figura 7 – Quadro de auxílios concedidos referente ao Programa de Assistência e Apoio Financeiro aos discentes em situação de vulnerabilidade social –2017.....	38
Figura 8 – Atendimentos.....	38
Figura 9- Quadro I – Modalidade de Auxílio X Detalhe do Auxílio X n.º de Auxílio.....	46
Gráfico 1 - Renda Per Capita dos alunos do IFNMG – Campus Januária – 2013-2017.....	54
Gráfico 2 - Condições de Moradia dos alunos do IFNMG – Campus Januária – 2013-2017.....	55
Gráfico 3 - Alunos do IFNMG - Campus Januária e a origem da Zona Residencial – 2013-2017.....	56
Gráfico 4 - Alunos do IFNMG – Campus Januária que recebe Benefício de Prestação Continuada ou Bolsa Família – 2013 -2017.....	57
Gráfico 5 - Alunos do IFNMG – Campus Januária oriundos da Escola Pública – 2013 - 2017.....	58
Gráfico 6 - Período em que os alunos do IFNMG – Campus Januária estudam -2013 - 2017.....	59
Gráfico 7 - Mudou-se para cidade para estudar no IFNMG – Campus Januária – 2013 - 2017.....	60
Gráfico 8 - Alunos do IFNMG – Campus Januária que usam Transporte Intermunicipal – 2013 -2017.....	61
Gráfico 9 - Grupo Familiar: Pais Separados de alunos do IFNMG – Campus Januária -2013 - 2017.....	62
Gráfico 10 - Responsável pela manutenção financeira dos alunos do IFNMG – Campus Januária – 2013 -2017.....	63
Quadro 1- Auxílios contemplados no ano de 2013.....	48
Quadro 2 - Auxílios contemplados no ano de 2014.....	49

Quadro 3 - Auxílios contemplados no ano de 2015.....	50
Quadro 4 - Auxílios contemplados no ano de 2016.....	51
Quadro 5 - Auxílios contemplados no ano de 2017.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EAFJ	Escola Agrotécnica Federal de Januária
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PNE	Plano Nacional de Educação
IFES	Instituições Federais de Ensino
MEC	Ministério da Educação
DAI	Departamento de Administração e Infraestrutura
DAEAE	Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação
Cep	Comitê de Ética em Pesquisa
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BF	Bolsa Família
SISU	Sistema de Seleção Unificada
AE	Assistência Estudantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 - POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS CICLOS	11
3 - O DIREITO À EDUCAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	20
3.1 O Campus Januária no tempo e no espaço - Assistência Estudantil e Moradia Estudantil.....	23
3.2 Ações de Assistência Estudantil	29
3.2.1 Moradia Estudantil	30
3.2.2. Alimentação	31
3.2.3. Transporte.....	32
3.2.4. Assistência à Saúde.....	32
3.2.5. Inclusão Digital.....	32
3.2.6. Cultura.....	33
3.2.7. Esporte.....	33
3.2.8. Creche.....	33
3.2.9. Apoio Pedagógico.....	34
3.2.10. Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.....	35
3.3 Política de Estudantil no IFNMG.....	35
3.4 Moradia Estudantil no IFNMG.....	39
3.5 Moradia Estudantil – IFNMG – Campus Januária	40
3.6 Papel Social da Moradia Estudantil no Campus Januária	41
3.7. Implantação da Política de Assistência Estudantil no Campus Januária	42
4 - PERFIL DOS DISCENTES ASSISTIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	43
4.1 Auxílios oferecidos na Moradia Estudantil	45
4.2 Renda Líquida Familiar per capita.....	53
4.3 Condições de Moradia.....	54
4.4 Zona Residencial.....	55
4.5 Recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou BF (Bolsa Família).....	56
4.6 Estudou em Escola Pública.....	58

4.7 Período do curso.....	59
4.8 Mudou-se para cidade para estudar.....	60
4.9 Transporte Intermunicipal.....	61
4.10 Pais separados.....	61
4.11 Responsável pela manutenção.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNCIDE A - CARTA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE.....	73

1. INTRODUÇÃO

A Educação, de fato, torna-se muito importante e necessária, quando se considera o contexto político-social de uma nação. Trata-se de direito absoluto do indivíduo, pois ela pode atuar como uma figura extremamente importante no processo de autonomia do ser humano, no pleno exercício da sua cidadania principalmente no enfrentamento das exigências de um mercado competitivo neste novo mundo globalizado e tecnológico. No entanto, o nosso país, embora esteja entre os países emergentes, ainda é marcado pela desigualdade social, pela má distribuição de renda e ainda por sucessivas cenas de corrupção. Por isso, num país gigantesco como o Brasil, ao pensarmos a educação para todos, são impostos muitos desafios, e um deles é a vastidão territorial do país com suas peculiaridades regionais, as quais precisam ser alcançadas pelas políticas governamentais, que nem sempre são pensadas para todos, mas sim para um grupo específico.

Dito isso, é necessário compreender as peculiaridades e características de distintas realidades, a fim de se produzir um melhor entendimento, no que diz respeito à criação de políticas públicas sociais, no intuito de transformar realidades desfavoráveis em possibilidades de mudança para melhor. Desta maneira, faz-se necessária a implantação de políticas públicas que venham ao encontro das massas desfavorecidas, com vistas a gerar novas oportunidades, no que se refere ao desenvolvimento intelectual, como por exemplo a democratização do acesso ao ensino gratuito e de qualidade.

Este estudo é pautado precipuamente na busca de tentar entender a seguinte questão: como as políticas públicas educacionais têm impactado diretamente as classes estudantis consideradas mais carentes? Nesse caso, a política pública em foco é o PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil que tem sido aplicada no IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária há nove anos. O objetivo deste trabalho é compreender as nuances que compõem o perfil dos alunos que são assistidos por essa política neste campus, com recorte temporal entres os anos de 2013 a 2017.

Destaca-se que este pesquisador atua na Instituição como Técnico Administrativo desde 2010 e tem uma estreita relação com os processos relativos à Política de Assistência Estudantil, surge aí então, o interesse pela pesquisa nessa área. Entendendo que é uma política muito importante para a classe discente, na permanência e conclusão dos seus estudos, segue-se o desejo de pesquisar mais a fundo sobre esse tema na instituição, considerando também

que quase não há pesquisas que tragam à tona essa discussão. Desta forma, o estudo segue de maneira a intensificar as discussões sobre a aplicação desta política no âmbito deste campus.

Destarte, políticas públicas voltadas para o âmbito educacional são impactantes, pois são, na verdade feitas para promover a igualdade de oportunidades para o ingresso ao ensino público de qualidade. Desta forma, uma importante política pública implementada no país foi o PNAES, criado em 12 de dezembro de 2007, implantado em dezembro de 2008 e já tem sido de grande relevância na garantia dos direitos estudantis no nosso país.

O PNAES foi incorporando outras políticas e consolidou-se como uma importante ferramenta, na garantia da permanência do aluno na escola. Como afirma Santos (2017, p. 37):

Fundamentado em princípios como a afirmação da educação superior como política de Estado; a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso; a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos, o PNAES estabelece uma relação de complementaridade com as demais políticas implantadas.

Regulamentado pelo Decreto n.º 7.234 de 2010, o PNAES trouxe consigo um grandioso avanço: a garantia do repasse financeiro específico para as instituições federais de ensino para empregarem nos programas de assistência estudantil e, ainda, a autonomia para que estas instituições pudessem gerir o recurso, considerando suas particularidades.

A assistência estudantil necessita ser compreendida como um fator primordial e integrante nos princípios da gestão administrativa das instituições de ensino no que diz respeito à incorporação de políticas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. Ações como bolsas, auxílios, moradias estudantis e restaurantes universitários, precisam existir para que haja um apoio efetivo ao estudante durante a graduação, e também nos demais níveis de estudo.

Finatti et al. (2007, p. 248) afirmam que, “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições”.

Ressaltamos que esse programa foi idealizado e implementado para garantir a permanência dos jovens na escola, reduzindo as taxas de evasão, bem como minorando os efeitos da desigualdade social e regional. Acerca de tais efeitos, Finatti et al (2007, p. 247-248) reiteram que:

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

As políticas públicas, principalmente voltadas para a educação, podem ser um meio eficaz para que aconteça a busca da diminuição desse distanciamento social entre a população, uma vez que a educação põe os cidadãos num patamar de igualdade, desde que lhes sejam dadas as mesmas condições de acesso ao ensino.

Este trabalho procura também trazer à tona alguns conceitos teóricos sobre políticas públicas como um todo, por isso, no primeiro capítulo, há uma discussão sobre políticas públicas seu surgimento e consolidação, sob a ótica de alguns teóricos. É discutido também sobre o ciclo das políticas públicas baseado em teóricos como Ball, Bowe e Gold (1992) *apud* Mainardes (2006), é posto também algo sobre as etapas das políticas públicas a partir de autores como Souza (2007), Silva *et al* (2017, p. 35) e Capella (2007), bem como legislações que dizem respeito à criação de políticas públicas votadas para a educação.

No segundo capítulo aborda-se sobre o direito à educação, incluindo as políticas educacionais que promoveram avanço à democratização do ensino. Apresenta-se uma historicização do *locus* da pesquisa, que é o IFNMG – Campus Januária, com enfoque para o tema principal deste trabalho que é o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, delineando suas nuances e ramificações.

O terceiro capítulo vem tratar do perfil dos alunos assistidos pela assistência estudantil, traçando os processos metodológicos da pesquisa, que é uma pesquisa classificada como exploratória, com enfoque na abordagem quanti-qualitativa. Utiliza-se da técnica de análise de conteúdo, pois se trata de uma pesquisa documental, feita a partir de documentos obtidos mediante a cessão do Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação do campus Januária e expor alguns resultados desta pesquisa como os dados obtidos a partir da pesquisa documental, que são os perfis socioeconômico dos alunos, abordando diversas especificidades socioeconômicas.

Os resultados desta pesquisa, além de trazerem à tona reflexões sobre peculiaridades de uma instituição, podem gerar subsídios ou um ponto de partida para outros estudos, os quais podem se desdobrar a partir desta temática, como complemento ou contraponto. Por fim, pesquisas desta monta, trazem para a instituição reflexões para se tomar

possíveis decisões no tocante ao melhoramento da oferta e aplicação de uma política tão relevante como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) bem como o atendimento geral aos discentes.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS CICLOS

A origem dos estudos sobre o tema políticas públicas, de acordo com Souza (2007), nasce nos Estados Unidos no meio acadêmico, com foco nos estudos sobre o papel dos Estados. Na Europa, emerge também no âmbito acadêmico, porém, priorizando o papel e ação dos governos. Essas duas vertentes se fazem importantes para que compreendamos ainda melhor esse tema tão relevante, que é a área das políticas públicas. Desse modo, apresentaremos alguns conceitos dos principais teóricos da área de políticas públicas apontados por Souza (2007) e são eles: Laswel (1936), Simon (1957), Lindblom (1959) e Easton (1965).

Souza (2007) *apud* Laswell (1936), conceitua a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo, e também de conciliar conhecimento científico/ acadêmico com a produção empírica dos governos. Ele traz uma amplitude para a área de políticas públicas, envolvendo diversos atores, a fim de dialogar em várias áreas de atuação, para um bem comum, o das políticas públicas.

Desta forma, Laswell (1936), um pouco mais ponderado, analisa o campo de políticas públicas a fim de se estabelecer um meio termo entre as partes integrantes do sistema de criação das políticas públicas. Já Simon (1957) introduz o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, a racionalidade e poder de decisão daqueles que “faziam política”, ou seja, os governantes. Ainda nessa linha, ele defende a criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) para que impedissem, inclusive, a busca de maximização dos interesses próprios (dos governantes).

Não obstante Lindblom (1959) questiona os dois anteriores e propõe a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Essa visão já é mais ampla, pois não propõe um ciclo vicioso no processo do andamento de uma política pública.

Anos depois, Easton (1965) vem contribuir nessa área, definindo a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo esse conceito, políticas públicas recebem influências dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse e isso vem refletir diretamente nos resultados e efeitos dessas políticas. Sendo assim, pode-se considerar que a política pública está inserida em um contexto

político e ela tem suas fases, desde a formulação até a sua execução, porém, não depende só de uma esfera para que elas se concretizem, mas todos os entes interessados precisam estar alinhados, a fim de que se logre êxito. Contudo, nem sempre o bem comum é priorizado, sobretudo são levados em conta interesses particulares, que podem dificultar o êxito de algumas políticas públicas SOUZA (2007).

Diante desses conceitos, podemos dizer teoricamente, que há uma preocupação desses autores em discutir sobre a lisura na criação e execução das políticas públicas, uma vez que elas devem ser criadas e executadas para o bem comum, ou seja, para o bem-estar da sociedade em todos os níveis e não a partir e ou apenas para interesses particulares.

Definir políticas públicas não é algo simples, por isso Souza (2006) expressa que não há uma única, ou melhor, maneira de definir políticas públicas e traz algumas definições de políticas públicas sob a ótica de autores que tratam do assunto da seguinte forma:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

Nessa perspectiva, de acordo com Souza (2006, p. 13), “o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores”. Lynn (1980) *apud* Souza (2006) define política pública como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Amabile (2012, p. 390) ressalta que “Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade”, daí podemos inferir que os passos a serem tomados para se fazer uma política precisam ser bem elaborados para que se tenham resultados e efeitos satisfatórios e produza o bem-estar comum.

A política pública, até alcançar as metas por ela proposta, ou produzir os efeitos almejados, passa por um ciclo, que Ball; Bowe; Gold (1992) *apud* Mainardes (2006) a princípio tentaram enquadrar o processo político como um ciclo contínuo, porém engessado, constituído por três facetas políticas também chamadas de arenas, que são elas: política proposta; política de fato e política em uso.

A política proposta referia-se às intenções do Governo em suas variadas nuances, políticas ou ideológicas, incluindo ainda todos os atores interessados na implementação da política.

A política de fato relacionava-se aos textos legais que dão forma à política em si e por fim, a política em uso, que tratava das discussões, da institucionalização e a todo o processo de implementação da política até chegar a sua prática por intermédio dos profissionais responsáveis.

De acordo com Mainardes (2006, p. 49), “Stephen Ball e Richard Bowe romperam com essa formulação inicial porque a linguagem utilizada apresentava uma certa rigidez que eles não desejavam empregar para delinear o ciclo de políticas. De fato, são muitas variáveis que influenciam o processo político e que podem delinear o ciclo das políticas públicas, sendo assim, não pode ser reduzido a conceitos limitados.

Destarte é apresentada uma versão mais refinada do ciclo de políticas públicas como um processo mais dinâmico dando mais amplitude ao processo de criação das políticas públicas, na qual são envolvidas várias instituições e diversos atores, inclusive os que são diretamente afetados pela política, propondo assim um ciclo contínuo, constituído por três contextos principais que são: contexto de influência, da produção e o da prática.

Nesse modelo de fazer política, esses contextos se relacionam entre si e não há uma perspectiva temporal ou contínua e também não são etapas lineares. O primeiro contexto é o de influência, onde são colocados em pautas os discursos de todos os grupos de interesses para defender seus pontos de vista. A exemplo disso, no Senado Federal e Câmara dos Deputados, quando lhes são colocados temas que interferirão diretamente na sociedade, a partir do momento que entram em fase de discussão, todos os grupos de interesses entram no debate, para discutir a relevância de se tornar uma legislação. No entanto o interesse maior é sempre particular ou de partidos políticos.

É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política (MAINARDES, 2006, p.51).

É importante frisar a importância da participação direta da sociedade, por meio de redes sociais, abaixo-assinados, dentre outras formas de fazer pressões para se encaminhar um determinado assunto de interesse da população, tornando assim, uma peça fundamental nas

decisões dos políticos, uma vez que são eleitores e têm o direito de opinar em diversos assuntos.

Existem várias fases para que uma política se consolide, o contexto da produção vem tratar dos textos legais formulados a partir das discussões dos grupos de interesses e todos os atores envolvidos, até que se chegue a um consenso, um passo muito importante nesse ciclo, pois esse é o momento em que de fato se definem os rumos que essa política pública irá tomar, daí são produzidos os textos que regerão de forma legal a política pública, o que Mainardes (2006, p. 52) pontua da seguinte forma.

Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção.

Sabe-se que toda política não é isenta de falhas, pois os textos produzidos são fruto de embates, acordos, pensamentos diferentes e diversos pontos de vista, Mainardes (2006, p. 52) diz que “políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades”.

O contexto da prática surge a partir dos textos já elaborados e finalizados, mas ainda assim abre espaço para a subjetividade e interpretação desses textos. Mesmo que sejam concluídos e claros, os autores não podem controlar seus significados, pois a realidade de quem usufruirá desta política interferirá na sua execução.

Por isso o tema que gira em torno da formulação e implementação de políticas públicas é tão complexo, pois são diversas variáveis envolvidas para que se concretize o seu ciclo, uma vez que existem diversas agendas e demandas. Após a elaboração da política pública o ciclo continua já na fase de execução e são inseridos mais dois contextos, que são o contexto dos resultados e efeitos e o contexto das estratégias políticas.

O quarto contexto diz respeito às questões de igualdade, liberdade individual e justiça. É posta a questão de que as políticas precisam ser vistas não apenas pelos seus resultados, mas também pelos seus efeitos na sociedade, pois se trata de uma avaliação da política, que também, deve ser parte do processo. Os efeitos e resultados, principalmente nas políticas públicas educacionais, normalmente são a longo prazo, por isso deve haver um acompanhamento rigoroso pois envolve um alto financiamento por parte do erário.

Por fim é apresentado o contexto das estratégias políticas, que de acordo com Mainardes (2006, p. 55) “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela

política investigada”, ou seja, esse contexto é fundamental para se obter bons resultados a partir da execução e intervenção política pública diante de um determinado problema. Sendo assim, Mainardes (2006, p. 55) vem dizer que essa abordagem do ciclo de políticas públicas “traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro”.

Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Ball; Bowe; Gold (1992) *apud* Mainardes (2006) - Criação do autor

O ciclo de políticas públicas é muito complexo, desde a sua formulação até a execução e avaliação para que se possa mensurar os seus efeitos. Por esta razão, algumas políticas levam anos para se tornarem efetivamente eficazes, pois à medida que vão passando os anos, nuances são agregadas para o seu aperfeiçoamento, foi o que aconteceu por exemplo com o PNAES, o qual foi agregando valores às políticas que já existiam até se chegar numa política de fato bem elaborada a ponto de atender a comunidade acadêmica.

É importante ressaltar que como se trata de um ciclo, uma política pública pode chegar ao fim se seu objetivo foi alcançado, podendo também tomar proporções maiores do que o planejado. Souza (2007, p. 27) vê a política pública como um “ciclo deliberativo formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado”, dando ênfase à importância do planejamento. Além disso, ressalta a definição de agenda e coloca questões como, por exemplo, as prioridades que são dadas às demandas sociais em detrimento a outras, ou seja, interesses particulares também são levados em conta em relação aos interesses públicos.

Mesmo sendo tão complexa a discussão sobre políticas públicas e o seu ciclo, entendemos que na sua elaboração, passos precisam ser seguidos. Lima *at al* (2017) pontua que, em todo o seu ato de elaboração, é necessário que haja uma compreensão de todos os passos, como um esquema de organização, por meio da identificação dos problemas,

formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação, como ilustra a figura seguir:

Figura 2 - Etapas das políticas públicas



Fonte: Silva *et al* (2017, p. 35)

É importante frisar sempre que, por mais linear e vicioso que pareça ser o ciclo de políticas públicas, ele precisa ser sempre um processo dinâmico, pois ele está sujeito às mudanças que vão surgindo ao longo do processo, por isso o planejamento é fundamental na elaboração das políticas públicas, uma vez que, no ciclo das políticas públicas, a identificação de demandas e a definição da agenda são os primeiros passos, e, a partir desse ponto, é que surgirão as indagações e questionamentos acerca do que é prioritário ou também, simplesmente de interesse dos governantes. Nesse prisma, as políticas públicas, após delineadas formuladas, transformam-se em projetos, planos e programas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. SOUZA (2006).

Na sua análise sobre o Ciclo de Políticas Públicas, Souza (2007) coloca em questão como os governos definem suas agendas políticas e delinea três possíveis respostas. A primeira se trata dos problemas sociais em evidência. Um exemplo claro e atual no Brasil é a questão da segurança pública atual no país que é uma demanda prioritária e que carece de um estrangulamento urgente do crescimento dos crimes de todas as naturezas, dentre outras necessidades em diversas áreas, que urgem serem discutidas.

A segunda resposta se trata da política em si, como se constrói um consenso coletivo de como se combater ou enfrentar um dado problema. Todavia, ao deparar com o sistema político, encontra-se um agravante, pois como se trata de um processo estritamente político, dentre os decisores públicos (*policy makers*), há uma multiplicidade de ideologias e

convicções normalmente pessoais em detrimento dos interesses coletivos. Souza (2007, p. 74) enfatiza que “segundo essa visão, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado assunto é fator poderoso e determinante na definição da agenda”.

A autora ainda ressalta que, quando a política pública é originada pela própria política, esse consenso é construído por meio de trocas de interesses e não por intermédio de uma defesa racional pelas partes envolvidas visando ao bem comum da população, motivo esse que sempre dificulta o processo de fazer política pública, o que a torna normalmente suscetível aos favorecimentos e interesses particulares os quais fomentam a prática da corrupção.

Nesse contexto podemos inferir que a sociedade precisa ser parte integrante na formulação de políticas públicas e estar atenta a esse processo pois, com a difusão das informações, a sociedade tem a possibilidade de acompanhar em tempo real as decisões tomadas pelos parlamentares, no entanto a população precisa engajar-se mais para que possa influenciar nas tomadas de decisões.

A terceira resposta sobre a questão das definições das agendas focaliza nos participantes que são classificados como visíveis e invisíveis. Visíveis: políticos, mídia, partidos, grupos de pressão que são os que definem diretamente o rumo destas políticas. Capella (2007, p. 103) explica:

Estes atores – o presidente, indivíduos por ele nomeados para altos postos na burocracia governamental, atores do Poder Legislativo, grupos de interesse, participantes do processo eleitoral, mídia e opinião pública – são chamados de atores visíveis, por receberem atenção da imprensa e do público e exercerem influência, em maior ou menor grau, sobre a agenda governamental.

Esses podem ser classificados também como formuladores de políticas públicas, pelo fato de estarem com o poder nas mãos. Por outro lado, existem também os participantes chamados invisíveis: acadêmicos e burocracia, que de acordo com Capella (2007, p.103) “tem influência predominante sobre a geração das alternativas e soluções. Esse grupo é composto por servidores públicos, analistas de grupos de interesse, assessores parlamentares, acadêmicos, pesquisadores e consultores”.

No mundo globalizado em que vivemos, com o acesso instantâneo às informações, tornou-se mais fácil a fiscalização por parte da sociedade, no tocante às ações do governo, principalmente quando se trata do gasto do dinheiro público, de certa forma, esses atores que são considerados invisíveis, passaram a ter voz tornando-se também protagonistas no processo decisório dos governos.

A visão sobre o ciclo de políticas públicas apontada por Jenkins-Smith e Sabatier (1993, p, 44) *apud* Dias (2012), é uma abordagem com algumas fragilidades e cita algumas delas como:

(a) Os diferentes ‘estágios’ não são ligados por um componente causal; (b) Não oferece uma base clara para testes empíricos; (c) A sucessão de ‘estágios’ não descreve o processo de forma acurada; [...] (e) O ciclo de políticas é tomado de forma imprópria como a unidade temporal de análise, quando o foco deveria ser em ciclos múltiplos e interativos, que envolvem múltiplos níveis de governo; (f) Há uma falha na integração da análise de política com o aprendizado orientado por políticas.

Na verdade, como todo processo tem falhas, o processo da abordagem do ciclo de políticas públicas não é diferente. No entanto, mesmo apontando essas fragilidades, os autores têm a abordagem do ciclo de políticas públicas como sendo uma ferramenta analítica que torna claro e didático a discussão sobre o tema. Contudo as críticas são no sentido de alertar para que não se torne um ciclo vicioso e engessado, ou seja, as etapas não podem ser apenas sequenciais, mas podendo haver alternância entre elas.

Raeder (2014, p. 27) diz que, “mais importante do que a sequência que o ciclo apresenta é o entendimento de que a política pública é composta por estágios que possuem características específicas”. As políticas públicas são dinâmicas e suas particularidades surgem de acordo com as novas demandas, por isso o processo não pode ser engessado.

Entretanto, ao analisamos definições de agendas políticas e seus ciclos quando se trata de governo, infelizmente, o viés ideológico ainda quase sempre está acima daquilo que de fato é frente à necessidade real da população. Por exemplo, as convicções político-partidárias e ou pessoais principalmente quando se trata de parlamentares são colocadas em prioridade, daí a dificuldade de se estabelecer uma interrelação lógica entre todo o processo político. Por isso faz-se necessária a participação e engajamento da sociedade nos processos decisórios.

Souza (2006) conclui o entendimento, no que diz respeito ao campo dos estudos de políticas públicas, dizendo que é um campo do conhecimento que busca integrar elementos, como a própria política pública, na qual configura a parte mais técnica de criação, a política, que é o sistema político em si, que pode ser um dificultador do andamento do processo de consolidação, por conta do viés ideológico de cada criador de política. E, por fim, a sociedade pública e as instituições que tomam e regem as decisões, delineiam e implementam as políticas públicas, visando quer seja seu processo quer seja seus resultados.

Percebemos que há todo um aparato teórico que envolve a área de políticas públicas. São vários estudos e concepções sobre o tema, no entanto, na prática, verifica-se algo muito distante do que tem sido proposto. Como na análise de Souza (2007), comumente

o rumo das políticas é tomado quase sempre para beneficiar grupos de interesses, aqueles que criam e executam. Sendo assim, entendemos que são diversos elementos e teorias que giram em torno da área das políticas públicas e que se mostram um campo bem amplo e complexo, no entanto busca-se entender também como essas políticas públicas se dão e se consolidam em torno do âmbito educacional, que é o nosso alvo enquanto pesquisa científica, e no que diz respeito às questões educacionais, como têm sido articuladas as políticas públicas a fim de contribuir para o êxito escolar da população.

3 - O DIREITO À EDUCAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A educação é um direito de todos, garantido na Constituição Federal de 1988 que, no seu artigo 205, responsabiliza o Estado a família e toda a sociedade visando o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Desta maneira, faz-se necessário, principalmente por parte do estado, criar meios que façam valer esses direitos, partindo do pressuposto que todos são iguais perante a lei e que todos merecem exercer a sua cidadania, inclusive tendo o direito pleno à educação, vale ressaltar que a família não é isenta desta responsabilidade, uma vez que a referida lei também incumbe à família o dever de fazer valer esse direito.

Cury (2008, p. 296) afirma que “do direito nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhes pertence como tal”. Diante desta afirmação, entende-se que o gozo daquilo que é proposto por lei deve ser igual para todos, porém nem sempre a prerrogativa do direito é garantia da sua plena efetivação, principalmente num país como o Brasil com uma realidade onde há muita desigualdade social. Diante disso, a formulação de políticas públicas específicas é fundamental para que haja um minoramento da desigualdade no pleno gozo dos direitos, principalmente quando se trata de acesso e permanência do indivíduo numa instituição de ensino, seja em qualquer nível.

Nota-se que já houve um grande avanço no que concerne à democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, como por exemplo, a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. São mecanismos legais que contribuem para que haja a garantia ao ingresso de pessoas que ficavam à margem da sociedade e que doravante têm o direito de estudar numa instituição federal de ensino.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2016).

A partir de leis como essa, mais do que direito ao ingresso, as universidades devem também garantir o direito à acessibilidade, principalmente quando se trata de

deficientes físicos. A acessibilidade é fundamental para a locomoção desses indivíduos, desta maneira, enxergamos as políticas públicas como forma de transformarem realidades sociais onde a maior parte da sociedade é desfavorecida, principalmente num país em que já têm sido desfeitos diversos esquemas de corrupção em vários setores da administração público-privada, haja vista a Lava Jato¹, que desencadeou inúmeras operações, prendendo poderosos cuja prisão outrora era julgada impossível.

A verdade é que problemas como esse mencionado afetam diretamente o sistema educacional, pois ter um ensino de qualidade requer também muito investimento financeiro. Duarte (2007, p. 691) vem dizer que “a realidade demonstra que a educação escolar de qualidade ainda é um sonho distante, sobretudo para os setores mais vulneráveis de nossa sociedade.

Se é dever do estado garantir uma educação de qualidade e entendendo que é necessário fazer valer o direito a todos e não somente de um grupo específico, o estado tem a obrigação de tornar efetivo não apenas o direito que já é previsto em lei, mas o cumprimento deste para que haja de fato o seu pleno gozo.

Um grande marco das políticas públicas educacionais no Brasil foi a criação do PNE (Plano Nacional de Educação), que, aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, representa um grande avanço no que diz respeito à consolidação de um sistema nacional de educação e a possibilidade de concretização do direito à educação no Brasil (LIMA, PACHECO, 2017).

Devido à complexidade do modelo federativo brasileiro, torna-se mais complexa a execução de ações estratégicas por parte da gestão pública em prol da educação. Então foi criado o PNE com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Com força de lei, o PNE estabelece 20 metas a serem atingidas no espaço de 10 anos (2014 a 2024).

O Plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. Os estados da federação e municípios devem elaborar planejamentos

¹ A Operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Iniciada em março de 2014, com a investigação perante a Justiça Federal em Curitiba de quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, a Lava Jato já apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, bem como em contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3. Possui hoje desdobramentos no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, além de inquéritos criminais junto ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça para apurar fatos atribuídos a pessoas com prerrogativa de função. Disponível em > <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>> Acesso em 09/01/2020

específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos, considerando a situação, as demandas e necessidades locais.

Esse plano decenal já era previsto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) Lei n.º 9493/96, porém é a partir de 2009, com a Emenda Constitucional n.º 59/2009 (EC n.º 59/2009), altere a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), passando de uma exigência transitória para uma exigência constitucional com periodicidade decenal:

A Emenda Constitucional n.º 59/2009 (EC n.º 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução (MEC, 2014, p. 5).

O PNE traz em seu texto uma contextualização de cada uma das 20 metas nacionais com uma análise específica, mostrando suas inter-relações com a política pública mais ampla e um quadro com sugestões para aprofundamento da temática. Esse plano de metas surge como uma busca pela igualdade na qualidade do ensino a fim de transformar e fortalecer as ações das políticas públicas de Estado que, de fato, incluam articulações entre todos os entes da federação, com bases legais mais avançadas e com a mobilização estratégica dos setores públicos e de atores sociais importantes neste cenário (MEC, 2014).

Sendo assim, é necessário e fundamental não apenas observar os aportes legais que regulamentam o direito à educação, que se baseiam na premissa da igualdade, mas o fortalecimento de políticas públicas educacionais para se fazer valer verdadeiramente esses direitos, sobretudo onde o acesso à educação permita que pessoas em diversas situações, sejam elas sociais ou raciais, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento intelectual, social e profissional.

Di Giovanni (2008) define que políticas públicas são intervenções que o poder público planeja com o fim de atenuar e resolver problemas relevantes de uma sociedade. Ademais, várias definições sobre políticas públicas são colocadas por diversos autores, porém sempre apontando para o Estado/Governo como o principal responsável por elas embora esse tema e ou ação exceda as fronteiras governamentais. A implantação de uma Instituição de Ensino, por exemplo, pode impactar positivamente na história de uma região, como é o caso

da Escola Agrotécnica, implantada na cidade de Januária na década de 60 dentro da política de implantação de escolas agrícolas para a formação de filhos de agricultores.

3.1 O Campus Januária no tempo e no espaço - Assistência Estudantil e Moradia Estudantil

O IFNMG - Campus Januária é uma Instituição que já perpassa os 50 anos de existência, ofertando educação gratuita e de qualidade. A sua trajetória até se transformar em Instituto Federal começa no mês de dezembro de 1960, quando é criada a Escola Agrotécnica de Januária com a Lei Federal n.º 3.853 de 18 de dezembro de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Januária, cidade norte mineira, alcança essa notável conquista na passagem do seu centenário, por meio de um projeto idealizado pelo militar e também deputado Coronel Manoel José de Almeida².

A cidade de Januária está localizada no Norte de Minas Gerais, fundada em 07 de outubro de 1860 ainda com o nome de Porto dos Salgados, posteriormente em 1884 por intermédio da Lei Provincial n.º 3.194 recebe o nome de Januária (IBGE, 2017). Em sua história, existem três versões que dão origem ao atual nome: uma, está relacionada ao nome de Januário Cardoso, um influente fazendeiro da região e que era proprietário da fazenda Itapiraçaba, hoje, onde o município se localiza; uma outra versão é que a cidade levava o nome da Princesa Januária, irmã de D. Pedro II; e a terceira versão, está relacionada à negra Januária, escrava que após a fuga do cativeiro se estabeleceu em uma estalagem no Porto do Salgado, às margens do Rio São Francisco, onde encontravam-se os barqueiros.

Como dito, a cidade de Januária fica à margem esquerda do Rio São Francisco, onde boa parte da sua população vive da agricultura familiar, pecuária e pesca. Assim, se caracteriza como um cenário de baixos índices de desenvolvimento e muita pobreza, marcada também por um clima semiárido. De acordo com o último censo feito pelo IBGE, sua população é de cerca de 65.463 pessoas, sendo a maioria residente em zona rural.

No centenário da cidade, a Escola Agrotécnica de Januária, então, nasce com o propósito de receber alunos oriundos de outra instituição chamada, “Fundação Caio

² Manoel José de Almeida foi militar e também parlamentar que se destacou em suas lutas pela educação de qualidade.

Martins”³, que também fora idealizada pelo deputado Manoel José de Almeida, no intuito de complementar a formação dos alunos oriundos desta instituição, dando continuidade nos estudos na área agrícola. Na época da sua fundação, a Escola Agrotécnica de Januária foi vinculada e subordinada ao Ministério da Agricultura. No entanto, posteriormente em 19 de maio de 1967, mediante o Decreto n.º 60.731, é transferida para o Ministério da Educação e Cultura.

A Instituição passa a chamar-se Colégio Agrícola através do Decreto Presidencial n.º 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Então, começa a ministrar o Curso Ginásial Agrícola pois até essa data, o ensino ainda era informal, os alunos não recebiam históricos nem certificados. Nesse mesmo ano, abre a matrícula da primeira turma em regime de internato, recebendo alunos provenientes da comunidade januarense, de toda a região do vale do São Francisco e de outros Estados. O internato era algo inerente às escolas agrícolas, pois no decreto possui o seguinte texto; “Funcionarão os estabelecimentos de ensino agrícola com o regime de internato, e bem assim, para os alunos residentes nas proximidades, com o regime de semi-internato e de externato” (Decreto-Lei 9.613/1946, art. 61, inciso II).

A Escola Agrotécnica de Januária, em novembro de 1967, passa a oferecer o exame de madureza e o certificado de conclusão do curso ginásial, com a primeira turma de ensino agrícola sendo matriculada composta por 18 alunos, com conclusão em 1971. A Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que reconhece a educação como direito de todos, no seu artigo 99, veio determinar que aos maiores de 16 anos seria permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial, mediante a prestação de exames de madureza⁴, após estudos realizados, sem observância de regime escolar e ainda no parágrafo único da referida lei, observa-se que, nas mesmas condições permitir-se-á obtenção de certificado de conclusão do curso colegial aos maiores de 19 anos.

³ A Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM é uma instituição brasileira pública presente no território do Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, do Governo de Minas Gerais. Criada em 1948 pelo Coronel Manoel José de Almeida, da Polícia Militar, a Fundação atendeu mais de 80 mil alunos ao longo de mais de 70 anos de história, oferecendo educação básica e formação voltada às práticas no campo para crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social, ou seja, indivíduos à margem da sociedade por fatores socioeconômicos. Disponível em < <http://www.fucam.mg.gov.br/index.php/2014-09-18-18-04-12/2014-09-09-18-31-06>. Acesso em 25/09/2019

⁴O Madureza foi um curso de educação de jovens e adultos, que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961. As idades mínimas para o ingresso eram 16 e 19 anos, de Madureza Ginásial e de Madureza Colegial. Exigia-se um prazo de dois a três anos para a sua conclusão em cada ciclo, a qual foi abolida pelo Decreto-Lei n.º 709/69. (MENEZES, SANTOS, 2002, p. 76).

A partir de 1968, já começa a ser ofertado o curso Técnico Agrícola, tendo suas aulas iniciadas em agosto do referido ano, concomitantemente com a turma de ginásianos agrícolas, sendo a colação de grau desta primeira turma acontecida em 05 de julho de 1971, como Técnico Agrícola. No dia 06 de maio de 1972, forma a última turma de ginásianos agrícolas, passando a funcionar somente o curso técnico agrícola habilitação em agropecuária.

O curso técnico em agropecuária é um marco na história da instituição atraindo alunos de toda a região e até mesmo de outros estados, uma vez que era um curso profissionalizante e preparava esses alunos para o mercado de trabalho. Muitos já saíam da instituição com emprego garantido em firmas e fazendas. Verifica-se que tal curso é ofertado até hoje.

Outro marco na sua trajetória foi que o Colégio Agrícola de Januária passa a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Januária pelo Decreto 83.935, de 04/09/1979. Pouco mais de uma década depois, já no início dos anos 90, com a Lei nº 8.731 de 16 de janeiro de 1993, todas as Escolas Agrotécnicas Federais conseguem sua autonomia didático-pedagógica e administrativa, através de sua autarquização⁵; ponto muito positivo para o desenvolvimento administrativo, político e pedagógico da Instituição.

A partir desse acontecimento, vieram avanços mais notórios e um deles aconteceu no ano letivo de 1996, que além da tradicional habilitação em agropecuária a Escola passou a oferecer uma nova habilitação, a de Processamento de Dados, em nível de Pós-Segundo Grau, a qual posteriormente passou a denominar-se Técnico em Informática. Em 1998, foi implantada a Habilitação de Técnico em Agroindústria, e no ano letivo de 2000, foi implantada a Habilitação de Técnico em Enfermagem. Em 2001, mais duas habilitações foram implantadas: uma na Área de Gestão – Técnico em Administração, e outra na Área de Meio Ambiente – Técnico em Meio Ambiente.

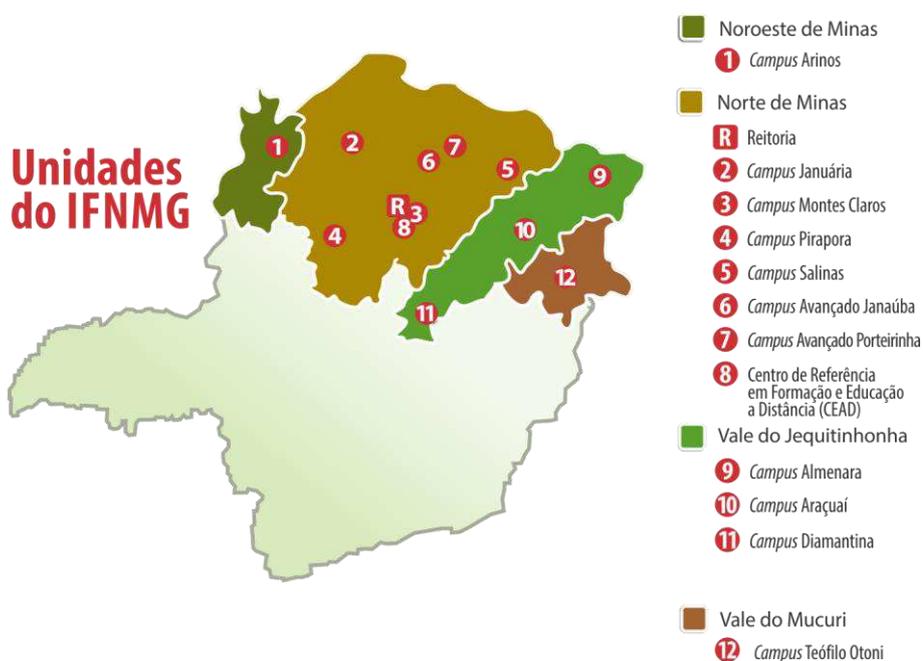
Em 2002, por meio do Decreto Presidencial S/N de 13 de novembro de 2002, a Escola Agrotécnica Federal de Januária - EAFJ é transformada em (Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária - CEFET, passando a ofertar o Ensino Superior. Anos depois, com a Lei 11.892, de 29/12/2008, Lei da criação dos Institutos Federais (IFs) há junção do CEFET Januária e Escola Agrotécnica de Salinas criando-se o hoje denominado Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG que está expandido em grande parte do

⁵ Autarquia na administração pública é uma entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, porém fiscalizada e tutelada pelo Estado, com patrimônio formado com recursos próprios, cuja finalidade é executar serviços que interessam a coletividade ou de natureza estatal.

Estado de Minas Gerais, agregando doze campi: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Campus Avançado Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Campus Avançado Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni – e a Reitoria, sediada em Montes Claros-MG e ainda conta com um Centro de Referência em Educação à Distância – CEAD que também é um Campus Avançado.

A área de abrangência do IFNMG é formada por 176 municípios, das mesorregiões Norte e Noroeste de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, cobrindo quase toda a metade norte do território mineiro e atendendo uma população total de 2.898.631 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 3 – Mapa da área de abrangência do IFNMG



Fonte: IFNMG/2017

O IFNMG - Campus Januária, como já fora dito, é oriundo de uma escola agrícola tradicional e ainda mantém o seu internato, como sendo uma marca muito forte em sua história, ainda funcionando plenamente e sendo esse espaço a primeira forma de aplicação da assistência estudantil efetivamente, mesmo que de forma incipiente.

O internato, hoje denominado Residência ou Moradia Estudantil, foi instituído nas Instituições de Ensino Agrícola por meio do Decreto-Lei 9.613/1946, que regulamenta o ensino agrícola no país. É um sistema antigo de apoio ao ensino e perpassa por diversas transformações ao longo dos séculos. A moradia é uma vertente da assistência estudantil. O recurso para sua manutenção é provisionado pelo PNAES, garantindo assim o direito aos

alunos residirem na própria instituição escolar, com o intuito de concluir o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

No artigo 60, inciso II do Decreto-Lei 9.613/1946 prevê o funcionamento do internato nas escolas agrícolas, “Funcionarão os estabelecimentos de ensino agrícola com o regime de internato” (BRASIL, 1946). O IFNMG – Campus Januária foi criado no ano 1960, sendo o internato inaugurado em 1964, naturalmente por enquadrar-se nos requisitos do referido decreto que vem fortalecer o ensino profissionalizante no país. Nos seus primeiros parágrafos, traz o seguinte texto:

Art. 2º O ensino agrícola deverá atender:

1. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana. 2. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra. 3. Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. Art. 3º O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes: 1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas. 2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade. 3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946).

A propósito disso, os internatos foram previstos nesse decreto, com vistas a conceder aos jovens da zona rural a oportunidade de estudarem e terem uma formação técnica, facultando jovens de outras cidades e estados a terem um ensino de qualidade. Atualmente os então chamados de internatos agrícolas são denominados residência estudantil ou moradia estudantil, uma vez que já nem se caracterizam mais como agrícolas. Na verdade, em alguns lugares, ainda é utilizado o nome “internato” por fazerem parte de instituições antigas como é o caso do Campus Januária, que é uma instituição sexagenária.

As vagas disponibilizadas ao sistema residencial⁶ e semirresidencial⁷ são destinadas aos discentes que estão matriculados nos cursos Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente. Todos esses cursos técnicos são integrados ao ensino médio, e a faixa etária desses discentes ingressantes está entre 14 e 19 anos.

⁶ Alunos que permanecem na escola em tempo integral, com direito a alimentação, mas voltam para as suas casas ao fim do dia.

⁷ Alunos que estudam no turno matutino e vespertino, mas almoçam em casa. Observação: Algumas instituições já ofertam almoço, nesse caso esses alunos precisam pagar para almoçar, enquanto os semi-internos já almoçam por direito.

No regime residencial (internato) é oferecido: refeições diárias, uma infraestrutura com ampla área de estudos, quadras, pista de atletismo, campo gramado e toda uma equipe multidisciplinar de atendimento ao educando que lhes garante assistência social, médica, odontológica e psicológica, totalmente acessível. A instituição tem profissionais concursados que prestam esses serviços diariamente.

Até no ano de 2004, era paga uma taxa anual para residir no Internato e custear a alimentação. Aqueles que não podiam pagar prestavam serviços como bolsistas, no refeitório, *lan-house*, limpeza geral das imediações da residência onde também está situado o prédio da Diretoria da Assistência ao Educando e Apoio à Educação - DAEAE, dentre outras atividades. A partir de 2004, a oferta passou a ser totalmente gratuita, de acordo com o relatório da Comissão Própria do IFNMG:

Com a melhoria na qualidade dos gastos realizados pela Escola, gerando uma significativa economia nas despesas com o funcionamento, foi possível oferecermos a Assistência Estudantil gratuita para todos os alunos matriculados nesta Instituição, nos regimes de Internato e Semi-Internato, desde o Exercício orçamentário Financeiro de 2004, como estratégia de permanência desses jovens na Escola, na maioria moças e rapazes oriundos de famílias pobres do ponto de vista material, objetivando o preenchimento das vagas oferecidas nos Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria (CPA-IFNMG/2011 p. 232).

Sempre visando à permanência dos alunos até o término do curso, ações como essas foram necessárias para fortalecer a garantia da permanência do aluno na instituição, vislumbrando também a verticalização do ensino que consiste no ingresso do aluno no ensino superior assim que conclua o curso técnico integrado ao ensino médio.

Um passo importante na consolidação das políticas de isonomia da garantia dos direitos é o Edital n.º 174, publicado em 14 novembro de 2012, que vem tratar do ingresso mediante as reservas de vagas para o regime de residência e semirresidência, em cumprimento da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012.

Em cumprimento à Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, ao Decreto nº 7.824 e à Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012, o IFNMG passaria a ofertar 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas para estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino, por meio do Quadro de Vagas [...], respeitando a proporção mínima de autodeclarados pretos, pardos e indígenas do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referente ao estado de Minas Gerais. Os outros 50% serão disponibilizados à livre concorrência (IFNMG/2012).

A partir desta Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, os candidatos passaram a ter o direito de concorrerem pelo sistema de reservas de vagas ou cotas, mediante a sua cor, etnia

ou renda familiar ou optar pela ampla concorrência. Como afirma Gomes (2003), a política de ação afirmativa de cotas veio contribuir de forma expressiva para o crescimento e diversidade de alguns grupos, que se encontravam marginalizados, nos mais diversos domínios de atividades.

Para morar na residência, até 2012 os candidatos escolhiam o regime pretendido no ato da inscrição. A prova era feita já direcionada para aquele regime, ou seja, quem obtivesse as maiores notas ia preenchendo as vagas respectivamente. A partir de 2012, com a Lei, 12.711 os candidatos fazem a prova, somente após a aprovação no processo seletivo (prova objetiva), seja ele por ampla concorrência ou reserva de vagas, o aluno participa de um processo seletivo sócioeconômico com vagas para residência e semirresidência, sendo escolhidos pela maior vulnerabilidade social.

A carência financeira se torna um fator primordial na concessão desses mecanismos de assistência estudantil, uma vez que abre espaço para que pessoas de diversos níveis sociais desfrutem da mesma oportunidade de ensino.

Por conseguinte, é importante frisar que não se deve compreender como um programa de assistencialismo ou caridade, mas sim, um investimento para o cidadão, entendendo-se que o Estado, ao conceder a oportunidade ao indivíduo de permanecer na universidade, dá a ela a possibilidade de formar jovens capacitados, que irão se desenvolver e contribuir para a mobilidade social (SILVEIRA, 2012).

De fato, nunca se deve entender um ensino de qualidade como o favor do Estado para o indivíduo. Na verdade, ao qualificar um cidadão, ele pode mudar a história de uma sociedade, porque o conhecimento é libertador. Destarte iremos conhecer algumas ações traçadas pelo Decreto n.º 7.234 de 2010 que dispõe sobre a Assistência Estudantil.

3.2. Ações de Assistência Estudantil

O PNAES é um programa que visa garantir ao aluno enquadrado em situação de vulnerabilidade social, a oportunidade de completar a sua jornada acadêmica com êxito, por isso esse programa também pode ser entendido como “fruto de lutas e esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes engajados na busca pela redução das desigualdades socioeconômicas e pela democratização da universidade pública enquanto um direito social” (SANTOS, 2017, p. 43).

O objetivo do PNAES é fomentar ações que vislumbrem a permanência do aluno na escola, minorando a evasão escolar por meio de auxílios financeiros repassados aos alunos do Ensino Superior e de Nível Técnico, que vivem em situação de vulnerabilidade social.

No decreto N.º 7.234, que dispõe sobre o PNAES, estão descritos no Artigo 2º os seus objetivos que ressaltam:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Os Institutos Federais ofertam além do Ensino Superior e Tecnológico também o Ensino Técnico, sendo esse nível de ensino também abarcado pela política de assistência, como no caso do IFNMG - Campus Januária, amparado pelo Artigo 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Cada Instituição de Ensino Superior - IFES tem sua autonomia para aplicar a Assistência estudantil, dentro das ações previstas pelo decreto, desde que sejam de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, vislumbrando o atendimento dos discentes regularmente matriculados nos cursos ofertados pelas IFES.

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

Desta maneira, são elencadas algumas ações em que a assistência estudantil possa atuar, podendo desdobrar a sua atuação a partir destas ações previstas no decreto.

3.2.1 Moradia Estudantil

A moradia é destinada aos estudantes de cursos presenciais em situação de vulnerabilidade social, oriundos da zona rural ou de outro município diferente da sede da instituição de ensino, e cada Campus tem sua regulamentação própria respeitando as diretrizes do regulamento do IFNMG.

A moradia é um espaço oportuno para o desenvolvimento do indivíduo em formação, onde são enfrentadas novas experiências, novos desafios em que adolescentes

aprendem a lidar com suas inseguranças, suas emoções, uma vez que se encontram distantes do seu convívio familiar e estão numa constante mudança física e psicológica, necessitando aprimorar suas relações interpessoais e lidar com o desconhecido.

O IFNMG oferta a moradia estudantil, porém, apenas em nível técnico integrado ao ensino médio. Há 04 Campi dos 11 que compõem o IFNMG ofertando a moradia estudantil, sendo eles: Campus Januária, Salinas, Arinos e Almenara.

3.2.2. Alimentação

A especificidade da Alimentação no Regulamento do IFNMG oriundo do PNAES consiste no desenvolvimento de ações e serviços para implementação e fortalecimento da prática de Educação Alimentar e Nutricional com intuito de promover a segurança alimentar para a comunidade discente, priorizando a oferta do auxílio “in natura”, isto é a oferta de refeições para os discentes, principalmente para os estudantes dos cursos de nível médio na modalidade integrada, de acordo com sua realidade.

O Programa de Segurança Alimentar se efetiva, principalmente, por meio dos restaurantes universitários, onde se oferta alimentação de qualidade com um baixo custo para os estudantes, especificamente nas unidades agrícolas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recurso destinado à compra de merenda escolar, foi executado, na maioria dos campi, associado ao Programa de Segurança Alimentar e propiciou a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar local, assegurando merenda aos estudantes da educação básica e contribuindo, de forma significativa, para garantir uma alimentação saudável aos estudantes do IFNMG (IFNMG, 2019).

Ações como essas são desenvolvidas no âmbito dos campi onde existe o restaurante universitário.

Guerra *et al* (2019, p. 3370) pontuam que:

A alimentação e a nutrição são questões globais e locais relevantes para a saúde pública, que no cenário contemporâneo têm mobilizado organizações (internacionais e nacionais) e países para a criação e implementação de políticas públicas que visam à garantia e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Essas políticas públicas trazem como foco ações em Segurança Alimentar e Nutricional nas suas diversas dimensões: disponibilidade, acesso, consumo, produção e utilização biológica dos alimentos.

Por isso é de suma importância a manutenção desses serviços, sobretudo com qualidade, levando em conta, que se trata de uma instituição que oferta diversos cursos em tempo integral.

3.2.3. Transporte

O auxílio transporte comumente é uma ajuda financeira que o discente de baixa renda recebe para custear sua locomoção de casa para a escola e vice-versa, seja ela municipal ou intermunicipal.

Esses auxílios, ainda que pequenos, tornam-se cruciais na garantia da permanência dos alunos na escola, pois há uma grande demanda alunos esses que dependem de ir e voltar para casa todos os dias, principalmente nos campus rurais que são afastados da cidade.

3.2.4. Assistência à Saúde

A saúde plena é o maior bem que o ser humano pode ter para concretizar seus objetivos, seja em qual for a área da vida. Sendo assim, essa ação visa à prestação de serviços a fim de promover a saúde bem como proporcionar ações que discutam a prevenção de doenças e agravos, para isso usando os profissionais disponíveis na instituição por meio de assistência médica, odontológica, nutricional e enfermagem, ou mesmo profissionais externos. Tudo isso com a finalidade de promover ações de saúde, prevenindo situações como uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, dentre outras. São ações que corroboram para a permanência dos alunos na instituição.

3.2.5. Inclusão Digital

A especificidade da Inclusão Digital é um desafio, pois vivemos num mundo globalizado, onde as tecnologias avançam diariamente e numa velocidade absurda. Não obstante, vivemos em um país de notada desigualdade social, onde ainda há indivíduos alheios às mais populares tecnologias. Essa ação tem por objetivo inserir estudantes em situação de vulnerabilidade social no mundo digital por meio do fornecimento de um valor financeiro, equivalente ao valor de mercado, para a compra de um computador, ou outro bem ou serviço da área de sua formação que promova a inserção digital.

A propósito disso, o IFNMG oferta cursos na Modalidade EAD – Educação à Distância, abrangendo vários municípios adjacentes aos *campi*, desde cursos FIC – Formação inicial e continuada até cursos de graduação.

3.2.6. Cultura

Nenhum ser humano é isento de algum tipo de cultura. Todos trazem consigo suas raízes e suas verdades, cada um com sua particularidade, povos, raças, credos, tudo isso envolve uma veia cultural, por isso, essa é umas das ações que visa oferecer uma formação ampliada, de modo a incentivar o desenvolvimento da criatividade e do olhar analítico, promovendo a prática da sensibilidade, o aprimoramento do fazer artístico, a qualidade do desempenho acadêmico e produção do conhecimento, desmitificando tradições e trazendo à tona novas reflexões e entendimentos.

É esse tipo de ação que traz à tona a identificação do indivíduo com as suas origens, uma vez que a instituição escolar tem também o dever formar cidadãos críticos e conscientes daquilo que são, sendo assim o PNAES não poderia negligenciar uma ação tão relevante.

3.2.7. Esporte

Todo indivíduo tem suas características físicas e intelectuais, e para o fortalecimento da inclusão social, os jovens e adultos podem ser inseridos em atividades esportivas, incluindo oficinas que envolvam atividades lúdico-esportivas, no intuito também de socialização e interação. Essa ação também visa incluir não só discentes, mas servidores também, promovendo o bem-estar físico e mental desses indivíduos na ajuda de prevenção de diversos tipos de doenças e poderá ainda se efetivar por meio do financiamento de projetos relacionados a sua finalidade, de servidores e alunos via chamadas públicas. Ações como essa podem auxiliar na prevenção de doenças diversas, bem como auxiliar na socialização.

3.2.8. Creche

Ser mãe não é uma tarefa fácil e quando se trata de sê-lo concomitantemente aos estudos, torna-se uma tarefa ainda mais árdua. Diante disso essa ação tem o intuito de dar suporte às mães estudantes, de cursos regulares e presenciais que residam com filhos de até 05 anos de idade e ou crianças sob a sua guarda, em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de um auxílio financeiro, para que a mãe estudante permaneça em seus estudos. É importante frisar que esse auxílio será concedido mediante a comprovação da ausência de

vaga em creche do seu município, mediante declaração da própria estudante atestando que o filho não está matriculado (IFNMG, 2017).

No entanto esse auxílio especificamente não é ofertado pelo IFNMG Campus Januária. Os auxílios vêm com a nomenclatura mais genérica, não especificando ou direcionando para um tipo de público, contudo, se por ventura a pessoa se enquadrar nos requisitos do edital, ela será contemplada com o auxílio financeiro.

3.2.9. Apoio Pedagógico

No IFNMG, há tanto no ensino superior quanto no ensino técnico, um núcleo pedagógico que atua no auxílio ao ensino e tem como objetivo também auxiliar os discentes na instrumentalização do aprendizado, somando a isso, oferecer ao aluno a oportunidade de apropriarem-se das estratégias de aprendizagem eficientes, e como consequência buscar uma maturidade e consciência desse processo através do desenvolvimento cognitivo. Esses profissionais são de suma importância no acompanhamento dos discentes em seu desenvolvimento escolar, envolvendo os pais nesse processo de aprendizagem, bem como auxiliando em todo processo de ensino-aprendizagem.

Um ponto importante na democratização do acesso ao ensino nas instituições federais foi a Lei conhecida como Lei de Cotas, Lei 12.711 que foi sancionada em 29 de agosto de 2012 e regulamentada pelo Decreto 7.824/1223, de 19 de outubro de 2012. Essa Lei vem estabelecer uma reserva de 50% das vagas das universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes de escolas públicas e parte delas, destinada a estudantes oriundos de famílias carentes, com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. Outro ponto importante nessa Lei é que a reserva de vagas deve ainda observar a proporção de pretos, pardos e indígenas da população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último Censo do IBGE.

Acompanhado de todos esses detalhes, também vem o desnivelamento escolar por parte dos alunos oriundos de diversas escolas públicas, pelo fato de concorrerem em perfis diferentes entre si, mesmo passando por um processo seletivo de prova objetiva. Ainda assim é de suma importância o trabalho do apoio pedagógico, para lidar com intervenções junto aos professores e aos familiares, principalmente no ensino técnico, que se trata de alunos menores de idade, pois o acesso desses jovens com perfis socioculturais e educacionais diferentes tem desafiado as instituições a se prepararem cada vez mais para receber esse novo público, com conteúdo e condições de aprendizagem consideravelmente distintos.

3.2.10 Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação

Essa ação tem por finalidade fomentar e colaborar na prática da inclusão dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, promovendo condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, subsidiando as ações do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas) e se efetiva por meio de ações que fomentam a inclusão e a acessibilidade a exemplo da destinação de recursos financeiros para aquisição de tecnologias assistivas (IFNMG, 2017).

3.3. Política de Assistência Estudantil no IFNMG

A consolidação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais surgiu por meio da aprovação do ConSup - Conselho Superior do IFNMG em 25 de fevereiro de 2011, que vem contemplar alunos que estejam regularmente matriculados nas seguintes modalidades: integrado; concomitante; subsequente; tecnologia; licenciatura; bacharelado e Proeja, todos no regime presencial.

O Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG foi aprovado no ano seguinte, em 2012. O Instituto estabeleceu em documentos normativos as diretrizes para inclusão social por meio de sua intervenção. Em seu texto, a Assistência Estudantil, ao ser adotada, deve compreender projetos, programas, ações e serviços, objetivando a democratização do acesso e a garantia do princípio da igualdade de condições de permanência e conclusão com êxito dos discentes do IFNMG (IFNMG, 2012).

Ainda no ano de 2011, no campus Januária, cria-se o plano de trabalho que estabelece diretrizes para a aplicação do PNAES no campus com um plano de trabalho, estabelecendo diretrizes para efetivação do Programa de Assistência Estudantil no Campus.

No dia 14 de dezembro de 2017, foi finalizado o Regulamento da política de assistência estudantil do IFNMG, baseado no Decreto N.º 7.234 de 2010, alinhado às ações do IFNMG referente à Assistência Estudantil.

O Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG reconhece as especificidades da Rede Federal de Educação e as particularidades dos Institutos Federais de Educação, principalmente no que tange aos públicos atendidos, por meio da

diversidade de modalidades de cursos ofertados à sociedade e aos territórios de sua abrangência (IFNMG, 2017).

O campus Januária, assim como em todo o IFNMG, adota ações que são voltadas para tentar eliminar carências principalmente econômicas dos estudantes, ações que visam atender integralmente toda a comunidade, como, acompanhamento psicológico, educação para a diversidade, acompanhamento pedagógico e um núcleo especializado de apoio às pessoas com necessidades especiais, educação física e lazer, dentre outras ações.

Apresentamos a seguir algumas ações de assistência ao educando realizados pelo IFNMG, destacando o campus *Januária*, com base nos Relatórios de Gestão da Instituição.

Figura 4 – Quadro de atendimentos de Saúde, Psicológico e Social - 2014

Quadro CXIV - Atendimentos de Saúde, Psicológico e Social							
Câmpus	Atendimento Enfermagem	Atendimento Odontológico	Atendimento Médico	Hospital	Atendimento Social	Atendimento Psicológico	Atendimento Nutricional
Almenara	00	00	00	00	308	00	00
Araçuaí	00	00	00	00	40	22	00
Arinos	40	177	00	00	749	358	225
Januária	465	1.044	252	45	2.280	211	00
Montes Claros	00	437	00	00	400	00	152
Pirapora	00	00	00	00	340	00	00
Salinas	623	407	260	00	700	200	00
Total	1.128	2065	512	45	4.817	791	377

Fonte: IFNMG – Relatório de Gestão/2014

Percebe-se aqui, que as ações são efetivas, no Campus Januária, que tinha quase 2.000 alunos, e os atendimentos foram feitos no decorrer do ano, a medida que surgissem as demandas. Damos conta da importância do investimento com a assistência estudantil, por intermédio do setor de Assistência ao Educando, oportunizando aos discentes terem tratamentos ou atendimentos que fora da escola lhes seria de difícil acesso, ou até mesmo dispendioso.

Figura 5 – Quadro de atendimentos de Saúde, Psicológico e Social – 2015/2016

Quadro 35: Atendimentos de Saúde, Psicológico e Social, por Campus, em 2015-2016

Campus	Atendimento Enfermagem		Atendimento Odontológico		Atendimento Médico		Hospital		Atendimento Social		Atendimento Psicológico		Atendimento Nutricional	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Almenara	23	176	0	42	0	1.800	0	0	298	592	19	54	10	54
Araçuaí	41	47	0	0	15	26	0	4	105	250	40	57	0	0
Arinos	110	108	282	985	170	167	20	18	1.020	1950	452	305	190	56
Diamantina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Janaúba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	92	0	0	0	0
Januária	301	281	1036	481	197	251	13	20	1688	852	169	227	0	0
Montes Claros	0	0	419	457	0	0	0	0	222	132	56	267	77	77
Pirapora	0	0	0	0	0	70	2	0	186	258	15	172	0	0
Porteirinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Salinas	651	775	468	447	76	0	121	198	235	0	387	598	0	20
Teófilo Otoni	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0
Total	1.126	1387	2.205	2412	458	2314	156	240	3754	4206	1138	1680	277	207

Fonte: IFNMG – Relatório de Gestão/2016

Figura 6 – Quadro de benefícios concedidos pelo IFNMG por modalidade e por campus – 2015/2016

Quadro 34: Benefícios concedidos por modalidade e por Campus em 2015-2016

Campus	Auxílio Permanência		Auxílio - Alimentação		Auxílio Transporte		Auxílio Moradia		Auxílio Cópia e Impressão		Auxílio Itens Escolares		Uniforme	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Almenara	393	490	0	0	1.240	1.770	30	90	0	0	0	0	51	39
Araçuaí	113	20	748	131	1.122	227	114	16	814	92	12	0	140	320
Arinos	303	554	520	275	430	556	489	277	350	278	0	283	19	285
Diamantina	0	10	190	22	570	15	161	0	145	22	0	17	0	17
Janaúba	22	2	234	42	140	23	0	0	369	45	0	0	0	34
Januária	734	594	1631	850	619	590	704	694	0	0	0	0	0	0
Montes Claros	172	165	850	1130	1165	1390	174	176	385	350	0	0	0	0
Pirapora	0	0	125	218	93	158	39	17	136	236	136	0	3	467
Porteirinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Salinas	0	35	190	231	570	474	161	200	145	280	0	0	7	40
Teófilo Otoni	7	3	20	34	35	16	0	0	20	0	0	0	40	3
Total	1.744	1873	4.508	2933	4.744	5219	1.872	1470	2.364	1306	148	300	260	1205

Fonte: IFNMG – Relatório de Gestão/2016

Figura 7 – Quadro de auxílios concedidos referente ao Programa de Assistência e Apoio Financeiro aos discentes em situação de vulnerabilidade social – 2017

Quadro 43: Auxílios Concedidos referente ao Programa de Assistência e Apoio Financeiro aos discentes em situação de Vulnerabilidade social

<i>Campus</i>	Auxílio Permanência	Auxílio Alimentação	Auxílio Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Cópia e Impressão	Retroativo Moradia 2016	Retroativo Permanência 2016	Auxílios Emergencial	Auxílio financeiro viagem
Almenara	438	698	1733	256	0	5	20	0	120
Araçuaí	25	117	185	9	31	8	9	3	463
Arinos	356	577	258	512	402	0	0	6	108
Diamantina	9	37	20	6	32	0	0	0	104
Januária	103	182	96	91	0	12	57	5	870,5
Januária	17	108	85	8	11	0	0	0	210
Montes Claros	23	170	180	24	57	16	15	4	467
Pirapora	0	271	203	20	295	0	0	0	840
Porteirinha	76	41	12	0	41	0	0	0	27
Salinas	62	231	398	256	140	0	0	0	299
Teófilo Otoni	3	621	470	0	0	0	0	0	
Total	1112	3053	3640	1182	1009	41	101	18	2638

Fonte: IFNMG – Relatório de Gestão/2017

Figura 8 - atendimentos

Quadro 44: Atendimentos

<i>Campus</i>	Atendimento Enfermagem	Atendimento Odontológico	Atendimento Médico	Hospital	Atendimento Social	Atendimento Psicológico	Atendimento Nutricional	Discentes Residentes	Discentes Semirresidentes
Almenara	158	219	390	8	880	334	0	19	48
Araçuaí	112	0	0	10	330	105	0	0	0
Arinos	250	370	0	40	1273	283	655	32	36
Diamantina	0	0	0	0	68	62	0	0	0
Januária	561	857	430	10	746	366	0	109	157
Januária	0	0	0	0	147	0	0	0	0
Montes Claros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pirapora	0	0	325	0	280	295	0	0	0
Porteirinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Salinas	1980	574	0	156	421	727	50	135	175
Teófilo Otoni	0	0	25	5	317	128	0	0	0
Total	3061	2020	1170	229	4462	2300	705	295	416

Fonte: Daec

Fonte: IFNMG – Relatório de Gestão/2017

Outra importante vertente da Política de Assistência estudantil foi incorporada no ano de 2013, que consiste no atendimento de um público diferenciado, que são os estudantes de graduação oriundos de comunidades Indígenas e Quilombolas e estudantes que apresentam um quadro de alta vulnerabilidade social.

A execução do Programa Bolsa Permanência, do Ministério da Educação (MEC), destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica indígenas e quilombolas, tem sido uma ação de relevante assistência ao educando. Segundo o Relatório de Gestão 2018 do IFNMG, nesse referido ano foram atendidos 214 estudantes, sendo 139 Quilombolas, 06 Indígenas e 69 em situação de vulnerabilidade social (IFNMG, 2019).

Esse programa também de inclusão social foi uma grande conquista pois além de abarcar a questão da vulnerabilidade social envolve também a questão étnica.

3.4. Moradia Estudantil no IFNMG

O regime de internato, hoje conhecido como moradia estudantil, se fez presente nas políticas educacionais brasileiras há muitas décadas, porém, o seu significado vem variando com o passar dos tempos. Na verdade, um dos mais corriqueiros e resistentes é aquele que o marca como um lugar para se punir ou corrigir adolescentes e jovens que tinham comportamentos rebeldes, isso em diversas épocas e lugares. Ressalta-se também que o internato tinha sido usado comumente para fins de formação religiosa, alguns optando até pela clausura.

Os internatos agrícolas nas instituições federais foram regulamentados pelo Decreto-Lei 9.613/1946, o qual garante por meios das escolas agrícolas a oferta do internato, beneficiando assim os filhos de produtores rurais com a oportunidade de estudarem e residirem na escola.

O IFNMG ainda não oferta a moradia estudantil para o nível superior, sendo um dos fatores a expansão da rede federal ser muito recente. No campus Januária, de acordo com o Departamento de Administração e Infraestrutura – DAI, já foi feita a tentativa de se construir a moradia para o ensino superior, inclusive foi tramitado na Câmara Municipal a doação de um terreno, porém, devido à falta de recursos financeiros necessários, não foi possível executar a obra.

A oferta da moradia apenas para o nível técnico integrado se dá já por uma questão de tradição, que é o exemplo dos campi Januária e Salinas que já ofertavam o antigo regime de internato.

No âmbito do IFNMG, apenas quatro Campi ofertam a moradia estudantil, que são eles: Campus Januária, Campus Salinas, Campus Arinos e Campus Almenara, sendo os dois primeiros pioneiros na oferta, pelo fato de serem Campi antigos. Os outros vieram após a Lei da criação dos Institutos Federais em 2008 e adotaram o sistema de Moradia Estudantil. O sistema de oferta e a forma de ingresso é a mesma para todos os campi, por intermédio de análise socioeconômica, porém, cada um oferta as vagas de acordo com a sua infraestrutura.

O serviço de moradia estudantil possui duas modalidades: sistema residencial (moradia e todas as refeições) e semirresidencial (estrutura do vestiário e duas refeições durante o dia), destinados aos estudantes de cursos presenciais em situação de vulnerabilidade social, oriundos da zona rural ou de município diferente da sede do campus. Contribuem, de forma significativa, para a inclusão dos estudantes mais vulneráveis no ambiente educacional,

propiciando a estrutura da moradia e refeições gratuitas durante o ano letivo. Esse serviço é executado nas unidades agrícolas do IFNMG: Almenara, Arinos, Januária e Salinas. Um desafio para os próximos anos é a melhoria e ampliação da infraestrutura dos espaços da moradia estudantil para o atendimento do público feminino no sistema residencial, haja vista que somente o público masculino é atendido nesta modalidade do respectivo programa, uma questão que carece de ser resolvida urgentemente, porque fere o princípio da isonomia segundo o qual todos devem gozar dos mesmos direitos.

O Campus Salinas oferta a moradia desde o final dos anos 50 e de acordo com a Coordenação de Assistência ao Educando, atualmente o Campus Salinas conta com 111 residentes (masculino) e 178 semirresidentes (masculino e feminino), que são números expressivos de discentes atendidos.

O Campus Januária oferta a moradia desde o ano de 1964, quatro anos após a sua criação e atualmente de acordo com o Departamento de Assistência ao Educando e Apoio a Educação – DAEAE atende cerca de 106 alunos residentes (masculino) e 190 semirresidentes (masculino e feminino).

O campus Arinos é um campus oriundo da expansão com apenas uma década de existência, tendo a oferta da moradia sido efetivada no ano de 2014, e nesse ano de 2019 atende 32 alunos residentes também apenas do sexo masculino, e 38 semirresidentes, feminino e masculino.

Tal qual o campus Arinos, o campus Almenara existe há uma década e também é fruto da expansão da Rede Federal, atendendo 37 alunos residentes e 122 semirresidentes, com a sua oferta iniciada no ano de 2017.

3.5. Moradia Estudantil – IFNMG – Campus de Januária

Atualmente na moradia do campus Januária, como já fora citado, são ofertadas cerca de 100 vagas ao todo, considerando que os alunos que vão concluindo o curso, deixam a vaga para os que entrarão no próximo ano letivo, as vagas são ofertadas anualmente.

Esses alunos são assistidos pelo Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação - DAEAE, composto por uma equipe multidisciplinar, profissionais concursados, atuando em áreas específicas, médico, psicólogo, enfermeiro, dentista, assistente social, nutricionista e ainda há os assistentes de alunos, servidores que trabalham mais próximos aos alunos, a fim de manter o bom andamento da moradia.

É ofertada também a semirresidência, para o sexo masculino e feminino, esses alunos usufruem de todos os serviços, incluindo alimentação, porém não residem na escola, ficam na instituição em tempo integral e, ao findar o dia voltam para as suas casas.

Os alunos residentes não podem pleitear aos auxílios financeiros ofertados pela assistência estudantil, pelo fato da moradia abarcar todos os auxílios, auxílios estes que são para arcar principalmente com transporte, alimentação, moradia. Esses já lhes são garantidos ao entrarem na moradia, pois ao residirem na própria instituição, dispensam transporte e auxílio moradia, almoçam no restaurante universitário e não carecem de auxílio alimentação.

Os alunos residem na moradia para cursarem o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, com duração de três anos.

No Campus Januária, há o restaurante universitário. Seu intuito precípua é para atender aos alunos residentes e os semirresidentes, pois eles não pagam taxas para almoçarem uma vez que passaram por uma seleção de comprovação da vulnerabilidade socioeconômica. Aos demais é cobrada uma taxa simbólica para tomarem suas refeições.

3.6. Papel Social da Moradia Estudantil no Campus Januária

A moradia estudantil no campus Januária atende alunos de outras cidades e também da zona rural de Januária. Esses alunos atendidos são aqueles dentre muitos que não têm condições de arcar com uma moradia na cidade, custeando aluguel, alimentação e transporte. São alunos que saem de suas cidades em busca do ensino gratuito e de qualidade que o IFNMG oferece, como um quadro de professores na sua maioria mestres e doutores, uma excelente infraestrutura para aulas práticas, assim, dando-lhes a oportunidade de se formarem em um curso profissionalizante e conseqüentemente a opção de ingressar em uma universidade. Em 2018, foram atendidos 297 alunos na moradia e considerando os semirresidentes, esses foram 632. (IFNMG, 2019)

Constata-se uma relevância muito expressiva, no que tange à oportunidade ao acesso a um ensino gratuito e de qualidade, uma vez que se a moradia não existisse, talvez seria impossível para a maioria ou talvez todos, estudar na instituição, alunos esses que são em sua maioria de famílias muito humildes, e que se encontram em um alto nível de vulnerabilidade social. Sendo assim, o papel social da moradia é muito importante para a transformação social desses indivíduos.

37. Implantação da Política de Assistência Estudantil no Campus de Januária do IFNMG

O IFNMG estabelece a implantação Política de assistência estudantil por intermédio da resolução CS nº 29/2011, de 25 de fevereiro de 2011, aprovada pelo Conselho Superior, contemplando alunos matriculados em todos os cursos presenciais, visando a democratizar o acesso e consolidar a permanência de aluno carentes na instituição, até a conclusão do curso.

Uma política como essa se torna imprescindível quando se trata de um país como o Brasil, principalmente em regiões marcadas pela seca, desemprego e outros aspectos que militam contra a permanência do indivíduo da escola.

Em conformidade às pesquisas dos anos anteriores, o ano de 2017 indica que os índices de renda per capita[sic] continuam demonstrando as características do público atendido pelo Campus Januária. Considerando como baixa renda aqueles que possuem até 1,5 salário-mínimo per capita[sic], verifica-se que mais de 60% dos alunos atendidos são oriundos de famílias carentes (IFNMG, 2017, p. 242).

Percebe-se a necessidade da continuidade desta política, uma vez que a realidade encontrada desfavorece o discente a permanecer na escola, uma vez sem a ajuda dos auxílios se torna mais difícil a caminhada escolar até o seu término.

O Campus Januária atualmente conta com a oferta de 8 cursos superiores, 3 cursos técnicos concomitante/subsequente e 3 cursos técnicos integrados ao ensino médio, alunos oriundos de vários lugares, inclusive de fora do estado de Minas Gerais.

A assistência estudantil vem sendo aplicada desde então e no dia 14 de dezembro de 2017, foi finalizado o Regulamento da política de assistência estudantil do IFNMG, baseado no Decreto N.º 7.234 de 2010, alinhado às ações do IFNMG referente à Assistência Estudantil.

O Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG reconhece as especificidades da Rede Federal de Educação e as particularidades dos Institutos Federais de Educação, principalmente no que tange aos públicos atendidos, por meio da diversidade de modalidades de cursos ofertados à sociedade e aos territórios de sua abrangência (IFNMG, 2017).

O regulamento acata fielmente a legislação referente ao PNAES e procura atender as especificidades da região atendida pelo IFNMG. Apresentaremos em então, algumas das ações da Assistência Estudantil no âmbito do IFNMG previstas em seu regulamento, bem como um mapeamento do perfil dos estudantes assistidos pelos PNAES no Campus Januária.

4 - PERFIL DOS DISCENTES ASSISTIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este trabalho tem como público-alvo, discentes do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária, tanto do ensino superior como do ensino técnico, que foram assistidos pelo PNAES entre os anos de 2013 a 2017. A escolha desse período se dá pelo fato de existirem dados já catalogados por parte do Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação e podem ser explorados a fim de se avaliar o avanço e aplicação desta política no âmbito do IFNMG - Campus Januária.

Este trabalho classifica-se como uma pesquisa exploratória, pois possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado e se caracteriza por uma abordagem quanti-qualitativa, pois estuda os dados empíricos apreendidos da realidade pesquisada. A coleta dos dados foi feita por meio de documentos disponibilizados com a anuência da instituição pesquisada, e obtidos no Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação.

Trata-se de informações socioeconômicas de alunos que são contemplados com auxílios da Assistência Estudantil, auxílios financeiros que são destinados a alunos que estão em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Esses dados já se encontravam catalogados por meio de planilhas no Software Microsoft Excel. A partir daí, foram retiradas algumas informações mais específicas, a fim de elucidar a condição socioeconômica dos alunos pesquisados.

Foram feitos quadros demonstrativos de cada ano pesquisado, trazendo dados quantitativos inerentes a cada item, depois foi feita uma média ponderada entre os valores dos cinco anos pesquisados e colocados em gráficos, sendo analisados qualitativamente. Os dados obtidos nessa forma de pesquisar facilitam a profunda compreensão de alguns fenômenos sociais, amparados no pressuposto de que se dê um destaque ao aspecto subjetivo da ação social segundo Goldenberg (2002, p. 49);

[...] os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos [...] obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los.

A pesquisa também tem uma abordagem quantitativa, pois foram criados quadros a partir dos documentos analisados, demonstrando dados referente à situação dos alunos

assistidos pela assistência estudantil, por isso foram utilizadas as duas abordagens qualitativa e quantitativa e que Mirian Goldenberg trata da seguinte maneira:

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos (GOLDENBERG, 2004, p.62).

Ressaltamos que a pesquisa é documental, pois utilizaram-se diversos documentos disponíveis no intuito de elucidar fatos inerentes ao PNAES, na instituição. Como afirma Gil (2002, p. 46) a pesquisa documental traz uma série de vantagens:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas.

Infere-se então, que há diversas vantagens em se fazer uma pesquisa documental, a começar da estabilidade dos dados por se tratar de documentos e até mesmo em relação a custo e ou tempo de pesquisa. Quando os documentos são acessíveis, depende apenas do pesquisador e não carece de terceiros para concluir sua pesquisa. Outro ponto é que, de acordo com Lakatos, Marconi (2003, p. 174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

A técnica de análise de conteúdo é feita de acordo com Bardin (1995), pois o intuito é ultrapassar o que está exposto no quadro, ir além das entrelinhas, pois de acordo com Bardin (1995, p. 19), “é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”, no entanto a mesma autora vem dizer que “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 1995, p.19).

Desta maneira, nota-se a flexibilidade de se trabalhar com a pesquisa documental, pois se pode criar um universo de significados e ressignificados a partir da análise de conteúdo, sendo assim, serão analisados diversos perfis de alunos que recebem auxílios financeiros, por intermédio da assistência estudantil, perfis esses obtidos, extraídos de

documentos produzidos pelo Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação, na pessoa da profissional de Assistência Social, feitos a partir de análise documental e entrevista, entre os anos de 2013 e 2017, como já fora mencionado, ficando assim o nosso recorte temporal.

Por certo, já existe um perfil traçado e prescrito pelo próprio programa, no entanto, dentro desses perfis que já são postos, existem diversas características e especificidades que valem a pena ser destacadas. No IFNMG – Campus Januária todos os anos existe o processo seletivo para a oferta da assistência estudantil, a partir de um edital com as exigências necessárias, no qual os alunos se inscrevem, preenchem um questionário socioeconômico, depois entregam um envelope lacrado contendo todas as informações socioeconômicas previstas pelo edital.

Ao encerrar o prazo de entrega dos envelopes, uma comissão de servidores nomeada pelo diretor-geral faz a análise dos documentos, logo após o término destas análises de todos dados, os candidatos são convocados para uma entrevista com a servidora, assistente social, para finalmente dar o resultado daqueles que serão contemplados com os auxílios, ressaltando que, toda essa análise é feita respeitando as legislações vigentes, dando a garantia da isonomia dos direitos e a fidelidade aos documentos analisados.

4.1 Auxílios oferecidos na assistência estudantil

Cada Instituição Federal tem autonomia para gerir os recursos da assistência estudantil como está preconizado no decreto 7.234 de julho de 2019 “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados [...] Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º”.

No Campus Januária, os auxílios são distribuídos atualmente da seguinte maneira:

Figura 9: Quadro I – Modalidade de Auxílio X Detalhe do Auxílio X N.º de Auxílio

QUADRO I - MODALIDADE DE AUXÍLIO X DETALHE DO AUXÍLIO X Nº DE AUXÍLIO

MODALIDADES DE AUXÍLIOS	DETALHAMENTO DOS AUXÍLIOS	Nº DE AUXÍLIOS	Nº DE AUXÍLIOS - PNE
A) AUXÍLIO PERMANÊNCIA	ESTE AUXÍLIO FINANCEIRO TERÁ O VALOR DE R\$ 430,00 QUATROCENTOS E TRINTA REAIS) E SERÁ CONCEDIDO, MENSALMENTE, DURANTE 10 MESES,	60	03

https://sei.ifnmg.edu.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=346361&infra_sistema... 1/9

28/03/2019

SEI/IFNMG - 0306234 - Edital - Diretor Geral do Campus Januária

I:	PRIORITARIAMENTE, AOS ESTUDANTES EM MAIOR ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA;		
B) AUXÍLIO PERMANÊNCIA II:	ESTE AUXÍLIO FINANCEIRO TERÁ O VALOR DE R\$ 180,00 (CENTO E OITENTA REAIS) E SERÁ CONCEDIDO, MENSALMENTE, DURANTE 10 MESES, AOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA CONSIDERADA PARCIALMENTE INSUFICIENTE PARA SUA MANUTENÇÃO NO IFNMG;	120	06
C) AUXÍLIO PERMANÊNCIA III:	ESTE AUXÍLIO FINANCEIRO TERÁ O VALOR DE R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS) E SERÁ CONCEDIDO, MENSALMENTE, DURANTE 10 MESES LETIVOS, AOS ESTUDANTES EM NÍVEL SOCIOECONÔMICO CONSIDERADO RAZOÁVEL PARA SUA MANUTENÇÃO NO IFNMG.	100	05

Fonte: Edital n.º 59/2019 – IFNMG – Campus Januária

De acordo com o edital, a oferta dos auxílios tem como prioridade os discentes que se encontram em situação de maior vulnerabilidade econômica, depois vêm outros critérios porém nessa mesma direção, que está em consonância com a própria legislação, o Decreto 7.234 19 de julho de 2010, que trata da seguinte forma:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Nota-se a relevância desses investimentos, visto que o maior objetivo da assistência estudantil é fazer com que o aluno consiga permanecer na escola e concluir o seu curso com êxito. Uma vez formado, o aluno estará apto a ingressar no mercado de trabalho.

Este trabalho presta-se a analisar alguns pontos que dizem respeito à situação socioeconômica dos alunos, a partir da análise feita pela equipe de assistência social no processo de oferta dos auxílios financeiros. Tratam-se pontos especificamente inerentes aos alunos contemplados pela Assistência Estudantil no Campus Januária, ressalta-se que esta é uma pesquisa documental, dispensando assim a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa –

CEP, pois a pesquisa não lida com pessoas, apenas com documentos. Todo o estudo foi desenvolvido a partir da análise de documentos. Vale ressaltar também que se tem a anuência e consentimento da Instituição IFNMG/Campus Januária para a utilização de todos os documentos necessários para a realização desta pesquisa de acordo com a Autorização de Instituição Coparticipante (Apêndice A) assinada pelo responsável máximo pela Instituição onde será desenvolvida a pesquisa.

Os dados do estudo foram coletados através dos documentos cedidos pelo DAEAE, sendo as variáveis: Total de bolsas ofertadas, total de bolsa por renda *per capita* de acordo com renda líquida familiar per capita, condições de moradia, zona residencial, recebe benefício de prestação continuada – BPC ou bolsa família – BF, modalidade do curso, estudou em escola pública, renda própria, mudou-se para a cidade para estudar, usa transporte intermunicipal, pais separados e responsável pela manutenção.

Essas variáveis foram retiradas dos anos de 2013 a 2017, no decorrer desses anos foram ofertadas cerca de 2500 bolsas:

Quadro 1 – Auxílios contemplados no ano de 2013.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO IFNMG ATENDIDOS PELO PNAES CAMPUS										
JANUÁRIA / 2013										
TOTAL DE AUXÍLIOS OFERTADOS					TOTAL DE AUXÍLIOS POR RENDA PER					
602					CAPITA					
RENDA LÍQUIDA FAMILIAR PER CAPITA	<= R\$ 169,50				158		26%			
	R\$ 169,51 – R\$ 339,00				263		44%			
	R\$ 339,01 – R\$ 678,00				147		25%			
	R\$ 678,01 – R\$ 847,50				25		4%			
	R\$ 847,51 – R\$ 1017,00				04		0,5%			
	>= R\$ 1017,01				05		0,5%			
CONDIÇÕES DE MORADIA	ALUGADA		PRÓPRIA QUITADA		PRÓPRIA FINANCIADA		CEDIDA OU EMPRESTADA		HERDADA	
	286	47,5%	186	31%	17	3%	82	13,5%	31	5%
ZONA RESIDENCIAL	RURAL				URBANA					
	176		32,5%		426		67,5%			
RECEBE BPC* OU BF**	SIM				NÃO					
	255		29,5%		342		70,5%			
MODALIDADE DO CURSO	INTEGRAL				PERÍODO ÚNICO					
	287		47,5%		315		52,5%			
RENDA PRÓPRIA	SIM				NÃO					
	62		10,5%		540		89,5%			
MUDOU-SE PARA CIDADE PARA ESTUDAR	SIM				NÃO					
	298		49,5%		305		50,5%			
MORA DE FAVOR	SIM				NÃO					
	82		14%		520		86%			
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	SIM				NÃO					
	47		8%		555		92%			
PAIS SEPARADOS	SIM				NÃO		FALECIDOS			
	152		25%		385	64%	65		11%	
RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO	PAIS		PAI		MÃE		ALUNO		OUTROS	
	122	20%	145	25%	242	40%	43	7%	50	8%

*Benefício de Prestação Continuada **Bolsa Família

Fonte: IFNMG/Campus Januária – Adaptado pelo Autor.

Quadro 2 – Auxílios contemplados no ano de 2014.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO IFNMG ATENDIDOS PELO PNAES CAMPUS JANUÁRIA / 2014										
TOTAL DE AUXÍLIOS OFERTADOS					TOTAL DE AUXÍLIOS POR RENDA PER CAPITA					
632										
RENDA LÍQUIDA FAMILIAR PER CAPITA	<= R\$ 169,50				172		27%			
	R\$ 169,51 a R\$ 339,00				271		43%			
	R\$ 339,01 a R\$ 678,00				157		25%			
	R\$ 678,01 a R\$ 847,50				29		4,5%			
	R\$ 847,51 a R\$ 1017,00				04		0,5%			
	>= R\$ 1017,01				-		0%			
CONDIÇÕES DE MORADIA	ALUGADA		PRÓPRIA QUITADA		PRÓPRIA FINANCIADA		CEDIDA OU EMPRESTADA		HERDADA	
	294	46,5%	186	29,5%	29	4,5%	85	13,5%	38	6%
ZONA RESIDENCIAL	RURAL				URBANA					
	186		29,4%		446		70,6%			
RECEBE BPC* OU BF**	SIM				NÃO					
	220		29,5%		348		70,5%			
MODALIDADE DO CURSO	INTEGRAL				PERÍODO ÚNICO					
	283		45%		349		55%			
RENDA PRÓPRIA	SIM				NÃO					
	80		13%		552		87%			
MUDOU-SE PARA CIDADE PARA ESTUDAR	SIM				NÃO					
	287		45,5%		345		54,5%			
MORA DE FAVOR	SIM				NÃO					
	95		15%		537		85%			
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	SIM				NÃO					
	52		8%		580		92%			
PAIS SEPARADOS	SIM				NÃO		FALECIDOS			
	171		27,2%		399		63%		62	
RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO	PAIS		PAI		MÃE		ALUNO		OUTROS	
	130	20,5%	152	24%	258	41%	42	6,5%	50	8%

*Benefício de Prestação Continuada **Bolsa Família

Fonte: IFNMG/Campus Januária – Adaptado pelo Autor.

Quadro 3 – Auxílios contemplados no ano de 2015.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO IFNMG ATENDIDOS PELO PNAES CAMPUS										
JANUÁRIA / 2015										
TOTAL DE AUXÍLIOS OFERTADOS					TOTAL DE AUXÍLIOS POR RENDA PER					
390					CAPITA					
RENDA LÍQUIDA FAMILIAR PER CAPITA	<= R\$ 181,00				59		15%			
	R\$ 181,01 – R\$ 362,00				152		39%			
	R\$ 362,01 – R\$ 724,00				136		35%			
	R\$ 724,01 – R\$1086,00				43		11%			
CONDIÇÕES DE MORADIA	ALUGADA		PRÓPRIA QUITADA		PRÓPRIA FINANCIADA		CEDIDA OU EMPRESTADA		HERDADA	
	137	35%	153	39%	17	4,3%	71	18%	12	3,7%
ZONA RESIDENCIAL	RURAL					URBANA				
	84		21,5%		306		78,5%			
RECEBE BPC* OU BF**	SIM					NÃO				
	139		35,5%		251		64,5%			
ESTUDOU EM ESCOLA PÚBLICA	SIM					NÃO				
	362		93%		28		7%			
MODALIDADE DO CURSO	INTEGRAL					PERÍODO ÚNICO				
	67		17%		323		83%			
RENDA PRÓPRIA	SIM					NÃO				
	44		11%		346		89%			
MUDOU-SE PARA CIDADE PARA ESTUDAR	SIM					NÃO				
	127		32,5%		263		67,5%			
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	SIM					NÃO				
	59		15%		331		85%			
PAIS SEPARADOS	SIM			NÃO			FALECIDOS			
	109	28%	242	62%	39	10%				
RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO	PAIS		PAI		MÃE		ALUNO		OUTROS	
	108	27,5%	80	20,5%	119	30,5%	54	14%	37	9,5%

*Benefício de Prestação Continuada **Bolsa Família

Fonte: IFNMG/Campus Januária – Adaptado pelo Autor.

Quadro 4 – Auxílios contemplados no ano de 2016.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO IFNMG ATENDIDOS PELO PNAES CAMPUS JANUÁRIA / 2016										
TOTAL DE AUXÍLIOS OFERTADOS				TOTAL DE AUXÍLIOS POR RENDA PER CAPITA						
461										
RENDA LÍQUIDA FAMILIAR PER CAPITA	<= R\$ 181,00			110		24%				
	R\$ 181,01 – R\$ 362,00			186		40%				
	R\$ 362,01 – R\$ 724,00			128		28%				
	R\$ 724,01 – R\$1086,00			37		8%				
CONDIÇÕES DE MORADIA	ALUGADA		PRÓPRIA QUITADA		PRÓPRIA FINANCIADA		CEDIDA OU EMPRESTADA		HERDADA	
	193	42%	160	35%	14	3%	76	16,5%	17	3,5%
ZONA RESIDENCIAL	RURAL				URBANA					
	126		27%		335			73%		
RECEBE BPC* OU BF**	SIM				NÃO					
	185		40%		276			60%		
ESTUDOU EM ESCOLA PÚBLICA	SIM				NÃO					
	443		96%		18			4%		
MODALIDADE DO CURSO	INTEGRAL				PERÍODO ÚNICO					
	136		29,5%		325			70,5%		
RENDA PRÓPRIA	SIM				NÃO					
	17		3,5%		444			96,5%		
MUDOU-SE PARA CIDADE PARA ESTUDAR	SIM				NÃO					
	189		41%		272			59%		
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	SIM				NÃO					
	55		12%		406			88%		
PAIS SEPARADOS	SIM		NÃO		FALECIDOS					
	121	26%	297	64,5%	43		9,5%			
RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO	PAIS		PAI		MÃE		ALUNO		OUTROS	
	91	19%	115	25%	183	39,5%	37	8%	35	7,5%

*Benefício de Prestação Continuada **Bolsa Família

Fonte: IFNMG/Campus Januária – Adaptado pelo Autor.

Quadro 5 – Auxílios contemplados no ano de 2017.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DO IFNMG ATENDIDOS PELO PNAES – CAMPUS JANUÁRIA / 2017											
TOTAL DE AUXÍLIOS OFERTADOS					TOTAL DE AUXÍLIOS POR RENDA PER CAPITA						
483											
RENDA LÍQUIDA FAMILIAR PER CAPITA	<= R\$ 234,25				130		26,9%				
	R\$ 234,25 – R\$ 468,50				196		40,5%				
	R\$ 468,50 – R\$ 937,00				114		23,6%				
	R\$ 937,01 – R\$1405,50				43		8,9%				
CONDIÇÕES DE MORADIA	ALUGADA		PRÓPRIA QUITADA		PRÓPRIA FINANCIADA		CEDIDA OU EMPRESTADA		HERDADA		
	189	39,1%	165	34,1%	24	4,9%	79	16,3%	26	5,3%	
ZONA RESIDENCIAL	RURAL					URBANA					
	120				25%		363		75%		
RECEBE BPC* OU BF**	SIM					NÃO					
	134				28%		349		72%		
ESTUDOU EM ESCOLA PÚBLICA	SIM					NÃO					
	455				94,2%		28		5,8%		
MODALIDADE DO CURSO	INTEGRAL					PERÍODO ÚNICO					
	174				36%		309		64%		
RENDA PRÓPRIA	SIM					NÃO					
	47				8,8%		436		90,2%		
MUDOU-SE PARA CIDADE PARA ESTUDAR	SIM					NÃO					
	200				41,4%		283		58,6%		
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL	SIM					NÃO					
	51				10,6%		432		89,4%		
PAIS SEPARADOS	SIM				NÃO			FALECIDOS			
	138		28,6%		303		62,7%		42		8,7%
RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO	PAIS		PAI		MÃE		ALUNO		OUTROS		
	86	17,8%	86	17,8%	193	40%	38	7,8%	35	7,2%	

*Benefício de Prestação Continuada **Bolsa Família

Fonte: IFNMG/Campus Januária – Adaptado pelo Autor.

Esses quadros nos revelam informações relevantes acerca da corrente pesquisa, uma vez que foram tabulados dados importantes referentes à condição socioeconômica dos alunos assistidos pelo PNAES no IFNMG/Campus Januária. Iremos demonstrar

individualmente os itens destacados nos quadros acima em forma de gráfico, em que foi realizada uma média com os itens comuns durante os cinco anos pesquisados, de 2013 a 2017.

Analisando individualmente cada quadro, percebe-se que o número de auxílios ofertados variou com o passar dos anos, mas sempre diminuindo. Isso se deve ao corte nos orçamentos, no Relatório de Gestão do IFNMG, no ano de 2014 vem revelando isso:

Quanto à execução financeira, ressaltamos que a ausência na liberação de limites orçamentários prejudicou sobremaneira a execução da ação, visto que inviabilizou a modernização das instalações físicas destinadas à assistência estudantil, assim como os atrasos nos repasses financeiros prejudicaram a liberação dos pagamentos das bolsas (IFNMG, 2014, p. 62).

Uma situação totalmente desfavorável a alunos de baixa renda que carecem dos auxílios para sua permanência na escola.

4.2 Renda Líquida Familiar per capita

Verifica-se pelos dados levantados, que 65% dos assistidos pela Assistência Estudantil têm renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Isso retrata a realidade da nossa região e justifica a ampliação da oferta de auxílios para os discentes. No entanto um dado do IBGE destoava do dado levantado nessa pesquisa:

O IBGE divulga os valores dos rendimentos domiciliares per capita referentes ao ano de 2018 para o Brasil e Unidades da Federação, calculados com base nas informações oriundas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Esta divulgação atende ao disposto na Lei Complementar 143/2013, que estabelece os novos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e, em consequência, aos compromissos assumidos quanto à definição dos valores a serem repassados ao Tribunal de Contas da União - TCU para o cálculo dos fatores representativos do inverso do rendimento domiciliar per capita (IBGE, 2019).

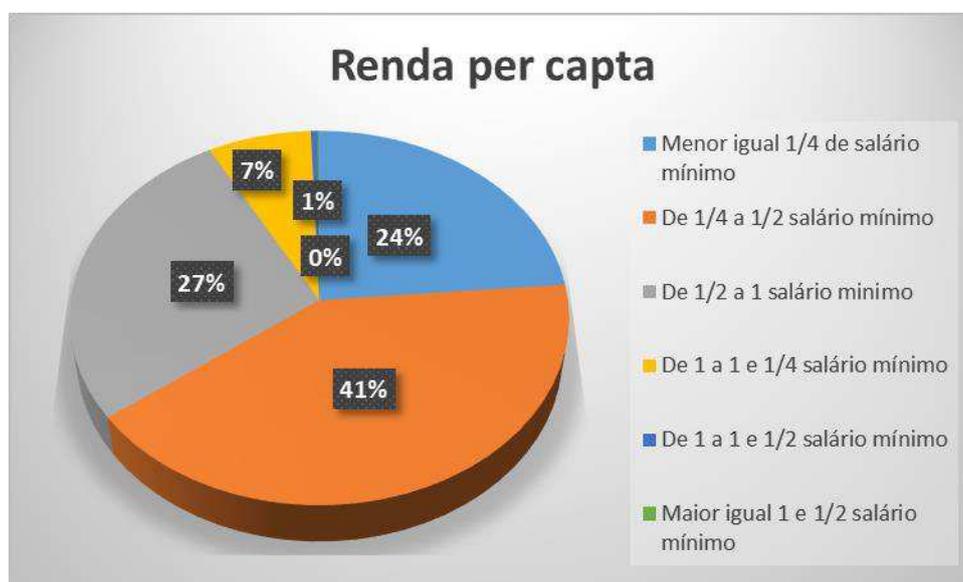
De acordo com o IBGE, a renda *per capita* no Estado de Minas Gerais em 2018 era de R\$ 1.322,00, se trata de uma pesquisa domiciliar que, a cada trimestre, capta informações socioeconômicas e demográficas em cerca de 211 mil domicílios, em aproximadamente 16 mil setores censitários, distribuídos em cerca de 3,5 mil municípios (IBGE, 2019).

Nota-se no gráfico a seguir que a situação dos alunos do IFNMG é bem diferente da catalogada pelo IBGE no estado de Minas Gerais. No caso do IFNMG, a análise é feita sobre renda bruta dos alunos, dando uma renda per capita muito inferior.

O relatório de gestão de 2013 do IFNMG, ainda traz uma reflexão sobre a renda dos alunos:

O ano de 2013 apresentou mudanças significativas na renda per capita dos alunos matriculados em referência aos anos anteriores. Esse índice ora apresentado mostra com eficiência a realidade da região em que estamos inseridos, que inclusive reflete em grande porcentagem como uma das causas de reprovação e retenção, onde as consequências da baixa renda incorrem até mesmo em dificuldades dos alunos chegarem até a escola. Mesmo com um índice de erro muito pequeno, acredita-se que alguns alunos podem ter informado uma renda diferente da realidade, por medo ou até mesmo por não terem a informação dada corretamente por seus pais, devido a grandes desconfianças existentes na sociedade sobre o porquê das pesquisas relacionadas a renda. Mas uma pesquisa feita com uma amostragem dos pesquisados confirmaram que mais de 95% das respostas estavam exatamente de acordo com a realidade (IFNMG, 2013, p. 201).

Gráfico 1 – Renda Per Capita dos alunos do IFNMG – Campus Januária – 2013-2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Percebe-se que quase a metade dos alunos, ou seja, 41% sobrevivem com cerca de 1/4 a 1/2 de salário mínimo por pessoa do grupo familiar. São dados importantes que retratam a região do Norte de Minas Gerais, onde é localizado o IFNMG Campus Januária.

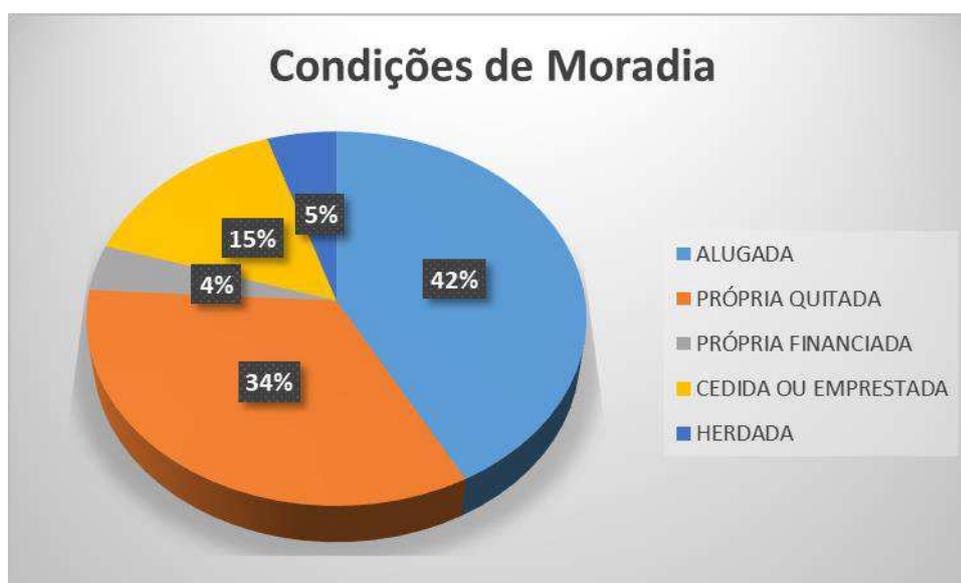
4.3 Condições de Moradia

Outro fator importante para a manutenção do aluno na cidade onde estuda são as condições de moradia, como retrata o gráfico 2, uma quantidade expressiva de alunos que pagam aluguel, o que acaba sendo dispendioso a sua permanência na cidade para continuar os

estudos, fator esse que também justifica o recebimento do auxílio estudantil, apesar de haver também outros critérios.

O IFNMG recebe muitos alunos oriundos de outras cidades e ou até outros estados, talvez o que justifica o expressivo número de alunos que residem de aluguel como revela o gráfico a seguir:

**Gráfico 2 – Condições de Moradia dos alunos do IFNMG – Campus Januária
– 2013-2017**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

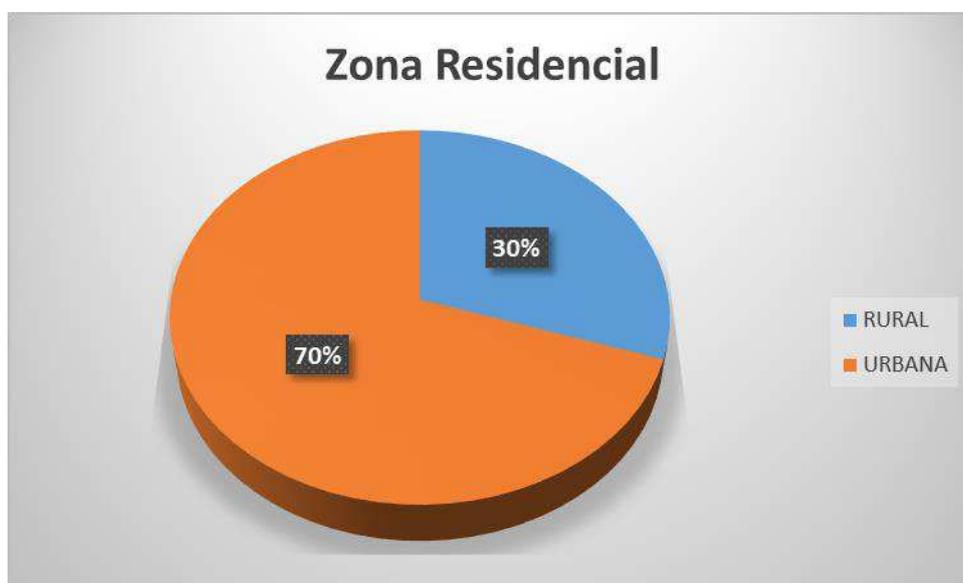
A maior parte dos alunos, ou seja, 42% residem de aluguel, porém, há um número considerável que reside em casa própria, o que corresponde a 34% do total.

4.4 Zona Residencial

Esse dado diz respeito à origem dos alunos. Muitos deles são oriundos da zona rural, por isso, vale ressaltar que uma instituição na qual há oferta cursos na área agrícola se torna bastante atrativa para esse público. No entanto, esses alunos também procuram outras áreas, como tecnologias e ou licenciatura.

Como revela o gráfico, o número de alunos que vem da zona rural, já atinge o número de 30%, isso, se tratando apenas aqueles que são contemplados pela assistência estudantil, em que cabe também fazer esse levantamento a partir de outros estudos com os demais alunos.

Gráfico 3 – Alunos do IFNMG - Campus Januária e a origem da Zona Residencial – 2013-2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Esse é um dado importante, porque na Lei Orgânica do Ensino Agrícola no País, o público-alvo eram alunos da zona rural e sua finalidade era formar filhos de agricultores:

Art. 2º O ensino agrícola deverá atender: 1. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana. 2. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acôrdo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra (BRASIL, 1946).

Esse Decreto Lei de 1946, tinha como alvo a conclusão do então Segundo Grau com a formação do ensino profissionalizante, hoje chamado de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, “Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino a agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”.

Nessa pesquisa, a maioria dos alunos analisados são do Ensino Superior, nota-se um grande avanço no acesso ao ensino gratuito e de qualidade.

4.5 Recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou BF (Bolsa Família)

Como visto em quadros anteriores, quase 1/4 dos alunos analisados nesses cinco anos, tem renda *per capita* menor ou igual a 1/4 de salário mínimo. Isso já seria uma justificativa plausível para o recebimento do auxílio estudantil. No entanto, há alguns casos

específicos de alunos que recebem outros benefícios, uns pela vulnerabilidade socioeconômica e outros por questões peculiares, como é o caso dos que recebem o BPC:

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por pessoa (BRASIL, 2015).

Também estão inclusos no recebimento desses auxílios estudantis, alunos que recebem bolsa família, que é um benefício concedido às famílias que se encontram numa situação de extrema pobreza, programa criado pela Lei n.º 10.836/04:

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento: I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos. (BRASIL, 2004)

Gráfico 4 – Alunos do IFNMG – Campus Januária que recebem Benefício de Prestação Continuada ou Bolsa Família – 2013 -2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

4.6 Estudou em Escola Pública

A Escola Pública, sempre enfrentou desafios para chegar a um ensino de qualidade, principalmente quando se trata de recursos financeiros, infraestrutura e outros fatores. Uma política que viabilizou a democratização de ingresso ao ensino superior foi a Lei conhecida como Lei de Cotas, Lei n.º 12.711/2012, que veio garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos que tenham estudado integralmente o ensino médio no ensino público, e os demais 50% das vagas são destinadas para ampla concorrência.

Além da garantia de vaga para os egressos de escola pública, essa Lei ainda garante reservas de vagas para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e também para deficientes:

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2012).

Gráfico 5 – Alunos do IFNMG – Campus Januária oriundos da Escola Pública – 2013 - 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Nota-se, no gráfico acima, que a quantidade de alunos egressos de escola pública é um número bem expressivo. Isso mostra que de fato, está sendo oportunizado àquele aluno que estudou todo Ensino Básico em escola pública o ingresso no ensino superior, também

público e, sobretudo, de qualidade, no caso do Institutos que ofertam ensino básico. Também inserem-se nesse contexto, alunos que cursaram o Ensino Fundamental em Escola Pública e ingressam na Instituição para cursarem os Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio. Isso se torna um dado muito relevante, pois o intuito do ensino público é garantir o direito de estudar àquele que não pode pagar uma faculdade particular, a maioria, no caso no IFNMG Campus Januária, carecendo de auxílios financeiros para permanecerem no curso até a conclusão.

4.7 Período do curso

O IFNMG cresceu expressivamente ao longo desses 59 anos e hoje além de ofertar cursos presenciais, oferta também cursos à distância. No caso desta pesquisa, tratam-se de cursos presenciais, superiores ou técnicos, em período único ou integral.

No período integral, há Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e os Superiores: Bacharelados em Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Civil e Sistema de Informação, sendo os demais cursos em período único.

Gráfico 6 – Período em que os alunos do IFNMG – Campus Januária estudam -2013 -2017



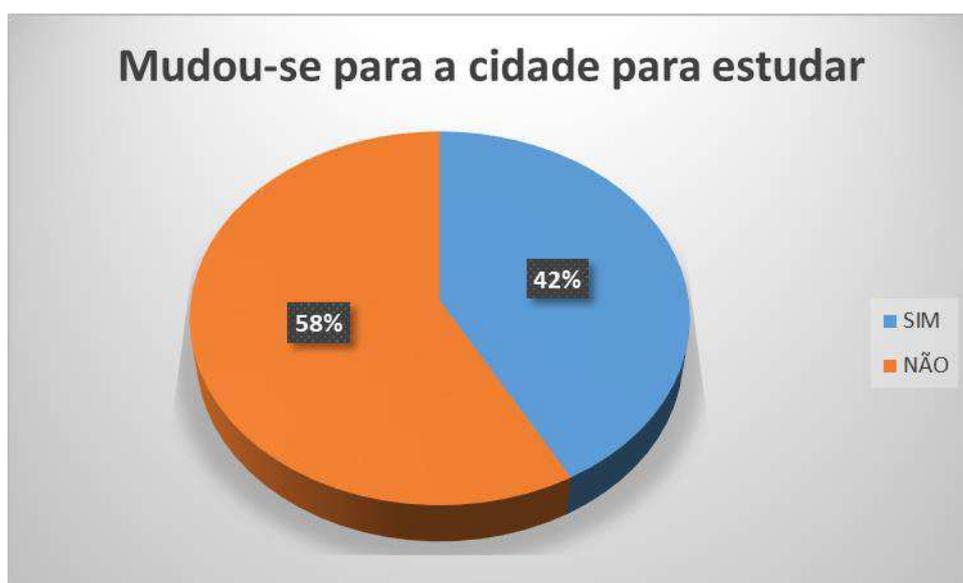
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

De acordo com o estudo, a maioria dos alunos assistidos pelo PNAES estudam em período único, o que corresponde a 65% do total desses alunos.

4.8 Mudou-se para cidade para estudar

Muitos alunos deixam sua cidade natal em busca de um estudo gratuito e de qualidade, como é o caso de 42% dos alunos pesquisados que são de diversas cidades circunvizinhas, ou até de outros estados, que vêm estudar no IFNMG Campus Januária como mostra o gráfico.

Gráfico 7 - Mudou-se para cidade para estudar no IFNMG – Campus Januária – 2013 -2017



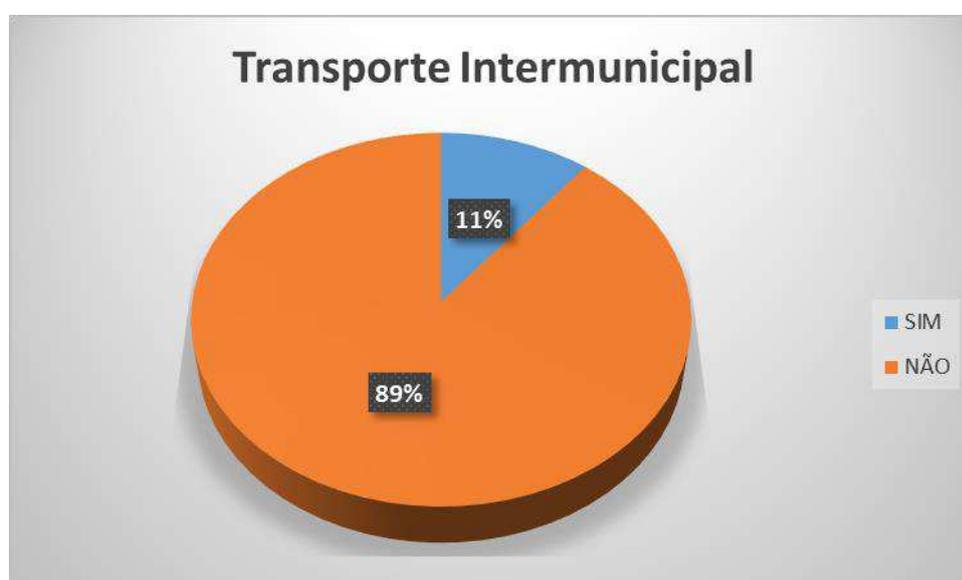
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Esse é um dado muito importante, pois, cada vez mais, isso tem sido recorrente no Campus Januária, e isso se dá também pela democratização do acesso às inscrições no ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU, que é um sistema informatizado oferecido pelo MEC em que as instituições públicas de ensino superior ofertam suas vagas para candidatos que fizeram Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, utilizando assim, a nota do Enem para ingressar no ensino superior. No caso do IFNMG-Campus Januária, todas as vagas do ensino superior são disponibilizadas através do SISU, banindo completamente o vestibular tradicional.

4.9 Transporte Intermunicipal

Outra condição tida como relevante foi a condição de alunos que se deslocam das suas cidades para estudar no IFNMG Campus Januária. Eles vêm de cidades do entorno de Januária como, São João das Missões, Itacarambi, Pedras de Maria da Cruz, Lontra, Cônego Marinho e Bonito de Minas. Esse número não é tão expressivo pelo fato de a maioria serem alunos que cursam os cursos noturnos, salvo algum aluno que cursa o integrado ao ensino médio.

Gráfico 8 – Alunos do IFNMG – Campus Januária que usam Transporte Intermunicipal – 2013 -2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Vale ressaltar ainda que essas distâncias entre municípios variam aproximadamente entre 40km e 80km, se tornam distâncias importantes por se tratar da sua maioria de cursos noturnos.

4.10 Pais separados

Nesse tópico trazemos informações inerentes ao grupo familiar no que se refere à união conjugal de pais de alunos, sejam elas formais ou não, porque são questões que influenciam na trajetória escolar desses alunos. De acordo com o IBGE (2019), “entre 2016 e 2017 o número de uniões registradas diminuiu 2,3% e o número de divórcios aumentou 8,3%”.

É importante frisar que nesse gráfico, também foram catalogados dados sobre pais falecidos, o que correspondeu a 10% do universo dos alunos analisados:

Quanto aos pais separados, o número corresponde a 32% do total de alunos pesquisados, em uma média feita dos cinco anos, dá um total de 513 alunos/ano, o que pode ser considerada uma quantidade bastante expressiva. Vale lembrar que pesquisas como essa podem ser aprofundadas a fim de se trabalhar com alunos, principalmente do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, pois são seres humanos em formação e que carecem de um tratamento diferenciado.

Segue o gráfico:

Gráfico 9 - Grupo Familiar: Pais Separados de alunos do IFNMG – Campus Januária -2013 -2017



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Um dado que chama atenção nesse quesito é que analisando ano a ano o número de pais separados subiu de 25% para 28,6%. Num estudo sobre a separação de pais, Almeida *et al* (2000, p. 39) pontua que “dentre as consequências negativas da separação comumente encontradas temos a queda no rendimento escolar e as dificuldades de relacionamento interpessoal”. Os autores ainda salientam que:

Na literatura constata-se que a ausência de um dos cônjuges na vida dos filhos pode influenciar negativamente a percepção e a autoestima e contribuir para a construção de uma auto-imagem ruim, para o surgimento de ansiedade, para um desenvolvimento instável e para dificuldades em controlar a agressividade, a impulsividade, e sentimentos depressivos (Almeida *et al*, 2000, p. 40).

Esses dados propõem um aprofundamento desse tema a partir de outras pesquisas, pois não se pode generalizar ou atribuir apenas pontos negativos em uma ruptura conjugal, visto que existem diversos modelos de família nos dias atuais, abrindo espaço para condições e situações diferentes.

4.11 Responsável pela manutenção financeira

Um fator que pode limitar o indivíduo de realizar um projeto ou alcançar um objetivo é a dificuldade financeira, contudo temos aqui nesse tópico um dado de extrema importância, pois traz consigo algumas informações pertinentes. Vimos no gráfico anterior alguns dados sobre pais que são separados. O dado não nos revela se já vivem em outros relacionamentos, porém, ainda assim, pode ser um empecilho para o êxito escolar do aluno. Nesse gráfico, é-nos revelada a fonte de renda do aluno, ou seja, quem o mantém para prosseguir os estudos.

Veja o gráfico a seguir:

**Gráfico 10 - Responsável pela manutenção financeira dos alunos do IFNMG
– Campus Januária – 2013 -2017**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

O que se pode destacar nesse quadro é que entre os alunos pesquisados a porcentagem maior de mantenedores desses alunos fica ao encargo da mãe, um total de 39% das mães é arrimo de família, isso reforça e destaca a relevância da mulher na sociedade.

Esses dados em geral nos mostram, ainda que em pequena escala, a situação de um grupo de indivíduos que são marcados pelas dificuldades financeiras e sociais, mas que, ainda assim, acreditam que podem melhorar suas condições socioeconômicas, fazendo-o por meio da busca pelo conhecimento escolar, todavia ainda precisam se valer de políticas que garantam a sua permanência numa instituição de ensino para que tenham êxito em sua jornada acadêmica. Cada um com suas particularidades e dificuldades, não obstante, cada um com o propósito de vencer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer à luz discussões sobre a Assistência Estudantil nos elevou para um outro patamar de percepção sobre o tema, uma vez que trouxemos à tona questões nunca antes discutidas no âmbito do campus, quiçá no IFNMG como todo. Tinham-se apenas relatórios anuais de gestão, publicados no sítio eletrônico do INFMG, porém sem detalhar nuances desta política pública, por se tratar de documento que trata de assuntos relativos a toda Instituição. A partir desse estudo pôde-se obter outras informações concretas e específicas, que também abrem espaço para outras pesquisas nesse campo.

O objetivo deste estudo foi compreender as nuances que compõem o perfil dos alunos que são assistidos por essa política de Assistência Estudantil - AE no Campus Januária, trazendo um mapeamento parcial da situação socioeconômica desses alunos no período de 2013 a 2017. Conclui-se que a AE é de extrema relevância e importância para a permanência do aluno na escola, no entanto há entraves que dificultam a plena oferta desses auxílios, um deles tem sido o orçamento reduzido nos últimos anos.

Tendo sido consolidada como política pública em 2010 por meio do Decreto 7.234, instituindo-se assim o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, o programa tem com seu principal objetivo a permanência dos alunos na escola até a sua conclusão, outorgando as instituições de ensino a aplicar a oferta dos auxílios de acordo com a realidade de cada uma (BRASIL, 2010).

Estudos como esse reforçam a importância da consolidação desta política pública ano após ano, confirmando a importância da sua permanência enquanto política assistiva, para que haja o fortalecimento e direcionamentos para a ampliação da sua oferta a nível nacional, embora a atual conjuntura no nosso país não esteja favorável para que isso aconteça. Ainda assim precisamos fomentar e disseminar a convicção de que políticas como essas não podem em hipótese alguma serem extintas, principalmente quando se trata de políticas voltadas para a educação.

No Relatório de Gestão do IFNMG (2017, p. 21) é trazida a seguinte reflexão: “Esse foi mais um ano em que o Instituto teve que se desdobrar, aumentando a quantidade e a qualidade de seus serviços e contando com um orçamento cada vez menor. A crise econômica nos acuou por meio dos cortes orçamentários realizados pelo governo na área da Educação”, ou seja, quanto mais se luta, mais dificuldades enfrentam-se para seguir em frente, mas isso não pode ser um empecilho para continuar a caminhada em busca de mudar um país por meio

da educação, pois a missão do IFNMG é “Formar cidadãos por meio da educação profissional, científica e tecnológica contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico” (IFNMG, 2012).

Este trabalho, então, empenha-se em tratar da situação socioeconômica dos alunos, sendo assim, essa pesquisa foi realizada apenas com análise documental, então, tentamos abstrair todas as informações relevantes no tocante à situação socioeconômica dos alunos, destacando sempre a relevância da política de assistência estudantil. Dentro das constatações, talvez umas das informações mais relevantes, destaca-se da quantidade expressiva de mães dos alunos pesquisados, que são arrimo de família, mantendo seus filhos enquanto estudam, isso também chama a atenção para a posição da mulher na sociedade, do empoderamento feminino, em que elas têm ocupado seu espaço digno no contexto social.

Por outro lado, é trazida nessa pesquisa a informação que, a oferta de moradia estudantil é apenas para o sexo masculino, isso é antidemocrático, privando muitas garotas de estudarem na instituição e ter um ensino gratuito e de qualidade. Isso é um fato que precisa ser discutido no âmbito da instituição para se que tomem as devidas providências e haja igualdade de oportunidades para ambos os sexos, nem que ainda em menor escala, mas que seja garantida a oportunidade. Destarte, também entendemos que o avanço das coisas na esfera pública é moroso e burocrático. Há de se esperar que isso aconteça em breve.

Foi possível conhecer e fazer paralelos da situação socioeconômica dos alunos a partir das análises documentais, das quais foi feito quadros socioeconômicos de cada ano, permitindo-nos fazer um mapeamento socioeconômico dos alunos assistidos pelo PNAES no IFNMG Campus Januária, informações essas que confirmam a carência da nossa região, onde boa parte dos moradores são pessoas de baixa renda, que vivem com pouco mais ou até menos que um salário mínimo por família. Como já foi relatado nesta pesquisa, a política pública passa por um ciclo, podendo inclusive até chegar ao fim, ou tomar proporções inimagináveis.

Com os resultados obtidos nesta pesquisa, reforça-se ainda a importância da política pública de assistência no âmbito da educação, uma vez que a mesma tem dado a possibilidade de alunos permanecerem na escola até a conclusão do seu curso.

Para vislumbrar o impacto desta política no Campus Januária, em relação ao público assistido pelo PNAES, foi feita uma média entre os cinco anos e a quantidade de alunos atendidos anualmente é de aproximadamente 513 alunos, praticamente 1/4 do alunado geral matriculados na instituição, entre superior e técnico, um número relativamente pequeno, porém, que tem causado um impacto positivo muito grande.

A Assistência Estudantil tem feito diferença na trajetória escolar de uma considerável parte dos alunos do IFNMG – Campus Januária, pois estes têm enfrentado diversos desafios para estudarem, desta maneira, pode se considerar esse programa como sendo de enorme relevância no que diz respeito, ao amparo a alunos carentes, ressaltando que não se trata apenas de auxílios financeiros, mas atendimentos diversos, como psicológico, odontológico, médico, dentre outros.

Apesar de o ano de 2018 não fazer parte do recorte temporal desse trabalho, o Relatório de Gestão (2018), reforça essa informação:

Considerando a Política de Assistência Estudantil um eixo estratégico para a formação dos estudantes, o IFNMG tem realizado atividades diversificadas na perspectiva da assistência ao educando, com o desenvolvimento de ações de cunho preventivo e formativo, a exemplo de grupos terapêuticos, rodas de conversa, oficinas específicas, campanhas, seminários e palestras com abordagem de temáticas relevantes para a formação holística dos estudantes. Isso se efetiva, especialmente, por meio da ação conjunta de equipes multidisciplinares dos campi, bem como pela parceria com outras instituições (IFNMG, 2018, p.35).

A partir daí, podemos perceber que, a ação da Assistência Estudantil no IFNMG vai além de apenas auxílios financeiros. Existem outras ações que agem no fortalecimento da formação dos discentes daquela instituição. Desta forma podemos constatar a proficuidade desse programa na Instituição como um todo, agindo em diversas áreas da vida humana.

Entretanto, a atual conjuntura político-financeira do país, tem enfraquecido as ações, principalmente das Universidades Federais, nos trazendo incertezas quanto à continuidade ou não, de políticas como essa.

Contudo, analisando a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFNMG Campus Januária, constata-se que esta tem sido um pilar na permanência dos alunos, os quais se enquadram em perfil de alta vulnerabilidade social em sua maioria, ainda numa região marcada pela extrema pobreza. Espera-se então com esta pesquisa, trazer reflexões sobre esse tema, instigando a continuidade de outras pesquisas nessa linha para que contribuam com o fortalecimento de argumentos sobre a importância que tais políticas públicas têm para efetivação de uma educação gratuita e de qualidade a todos os cidadãos.

Por fim, acreditamos que os desafios são grandes, mas não impossíveis de atingir e que é por meio da educação que se faz a mudança de um país, mudando a mente hoje, transformar-se-ão as gerações futuras, dando-lhes a oportunidade de viver num país onde a igualdade social prevaleça e a oportunidade de gozar dos plenos direitos preconizados pela Constituição Federal seja equânime.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____. Decreto n.º 53.558, de 13 de Fevereiro de 1964. **Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas.** Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 26 de nov. 2018.

_____. **Carta de Serviços aos Usuários.** Disponível em < <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc>> Acesso em 02 de jan. 2020.

_____. Lei N.º 3.853, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1960. **Cria a Escola Agrotécnica de Januária, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.** Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3853-18-dezembro-1960-354425-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 26 de nov. 2018.

_____. Lei N.º 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. **Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei n.º 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências.** Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 26 de nov. 2018.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em 11 de nov. 2019.

_____. Decreto n.º 7234 de 19 julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em 05 abr. 2019.

_____. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm> Acesso em 08 jan 2019.

_____. Lei 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em 23 de fev. 2018.

_____. Decreto-Lei 9.613/1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola.** Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 11 de fev. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 709/69. **Dá nova redação ao art. 99, da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em < <http://legis.senado.leg.br/norma/524045/publicacao/15708182>> Acesso em 11 de fev. 2018.

_____. Decreto 83.935, de 04/09/1979. **Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica.** Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 18 de ago. 2019.

_____. Decreto N.º 60.731, DE 19 DE MAIO DE 1967. **Transfere para o Ministério da educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.** Disponível em. <<http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>>. Acesso em 05 de nov. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Lei provincial n.º 3194, de 13-09-1884, o município de Brejo do Amparo passou a chamar-se Januária.** Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januaria/historico> > acesso em 18 de out. 2019

_____. **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 25. p. 341-345. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_25.pdf > acesso em 18 de out. 2019

_____. **Estatísticas de Registros Cíveis.** Editoria: Estatísticas Sociais, 15/04/2019. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22866-casamentos-que-terminam-em-divorcio-duram-em-media-14-anos-no-pais> > acesso em 06 de jan. 2020

_____. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2018,** Diretoria de Pesquisas 27 de fevereiro de 2019. Disponível em > file:///C:/Users/wilto/Downloads/Renda_domiciliar_per_capita_2018.pdf. Acesso em 06 de jan. 2020

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – Campus Januária. **Histórico Institucional.** Disponível em <<http://www.ifnmg.edu.br/januaria/historico>> acesso em 18 de ago. 2017.

_____. – Campus Januária. **Regulamento da Assistência Estudantil Final.** Disponível em < <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil>> acesso em 17 de jul. 2019.

_____. – Campus Januária. **Regulamento Moradia Estudantil.** Disponível em < <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil>> acesso em 17 de jul. 2019.

_____. - **Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG,** aprovada Ad Referendum. Resolução CS. n.º 33/2012, de 03 de agosto de 2012.

_____. – Campus Januária. **Relatório de Gestão - 2013.** Disponível em < <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>> acesso em 25/07/2019

_____. – Campus Januária. **Relatório de Gestão - 2014.** Disponível em < <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>> acesso em 25/07/2019

_____ – Campus Januária. **Relatório de Gestão - 2016**. Disponível em <<https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>> acesso em 25/07/2019

_____ – Campus Januária. **Relatório de Gestão - 2017**. Disponível em <<https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>> acesso em 25/07/2019

_____ – Campus Januária. **Relatório de Gestão - 2019**. Disponível em <<https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>> acesso em 25/07/2019

ALMEIDA, Carmen Garcia de. PERES, Ednéia Aparecida. GARCIA, Marcos Roberto. PELLIZZAR, Nadya Christiane Silveira. **PAIS SEPARADOS E FILHOS: Análise Funcional das Dificuldades de Relacionamento**. Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 17, n. 1, p. 31-43, janeiro/abril 2000

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Políticas Públicas**. In: DE CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. Organizadores. Dicionário de Políticas Públicas. Barbacena: EdUEMG, 2012.

BARDIN, Laurence. 1995. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto et all (org.). Políticas Públicas no Brasil. RJ: Ed. Fiocruz, 2007. p.87-122.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf> acesso em 20/08/2018

DIAS, Rafael. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Políticas públicas e política social**. Disponível em:
<<http://geradigiovanni.blogspot.com.br/2008/08/polticas-pblicas-e-poltica-social.html>>. Acesso em 09/09/2018

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social**, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100> > acesso em 20/08/2018

EASTON, David. **A systems analysis of political life**. Wiley, 1965.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil**. Libertas, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez./2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155/9407>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil**. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158> > acesso em 10/09/2018

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre ações afirmativas. In: SANTOS, R.E., LOBATO, F. (2003) (orgs). **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: D&P, p. 15-57.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva. MANCUSO, Ana Maria Cervato. BEZERRA, Aída Couto Dinucci. **Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional**. Ciênc. saúde coletiva vol.24 no.9 Rio de Janeiro Sept. 2019 Epub Sep 09, 2019 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232019000903369&lang=pt Acesso em 18/11/2019

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Antonio Bosco de; MARQUES, Mara Rúbia Alves; SILVA, Sarita Medina; **Reforma E Qualidade Da Educação No Brasil**. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.181-197, mai.2009*

LIMA, Marcelo. **O direito à educação no Brasil**, Rev. on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, SP, Brasil, e-ISSN: 1519-9029, Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9279> > Acesso em 08/09/2018

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de Políticas educacionais**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> > Acesso em 28/07/2018

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

RAEDER, Sávio. **CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas**. *Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. VII | n.º 13 | P. 121-146 | jan/jun 2014*

SANTOS, Warley Anderson Mota dos. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: um estudo sobre o Programa Bolsa Permanência e os primeiros beneficiários indígenas e quilombolas no IFNMG – Campus Januária**. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2017

SILVA, A.G. F.; MOTA, L. A.; DORNELAS, C. S. M. LACERDA; A. V. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**, REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017, Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/72132/41081> > acesso em 08/09/2018

SOUZA, Celina, **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.º 16, jul/dez 2006, p. 20-49

_____, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**, 1. Ed., Rio de Janeiro, Fiocruz - 2007

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS
CAMPUS JANUÁRIA



Autorização para uso da Instituição Coparticipante

(Carta de Anuência)

Instituição coparticipante:

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG /CAMPUS JANUÁRIA**

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante da presente pesquisa intitulada: **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Um estudo do perfil socioeconômico dos seus assistidos no IFNMG Campus Januária** e de seu compromisso com o a pesquisa científica, dispondo de plena infraestrutura bem como dos documentos e aparatos necessários para a garantia da execução e do êxito dessa pesquisa. O estudo será desenvolvido pelo pesquisador Wilton Rodrigues da Silva, sob do Prof. Dr. Flávio Cesar Freitas Vieira.

Januária, 03 de Julho de 2019

Profº Cláudio Roberto Ferreira Mont'Alvão
Diretor Geral

Cláudio Roberto Ferreira Mont'Alvão
Diretor Geral
Portaria Nº 1057-DOU de 01/11/2016